



Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Oficinas Territoriais

Acre

Execução:

ibom

Realização:



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

1. OFICINAS TERRITORIAIS REALIZADAS NO ACRE

1.1. MISSÃO TÉCNICA PRELIMINAR

No Acre, a missão técnica preliminar foi realizada no período de 14 a 17 de abril de 2025. As atividades ocorreram nas cidades de Rio Branco, Assis Brasil, Brasileia e Eptaciolândia, com apoio da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do ACRE. A agenda da semana foi organizada da seguinte forma:

PERÍODO	SEG 14/04	TER 15/04	QUA 16/04	QUI 17/04
Manhã	10h30 Chegada em Rio Branco 11h30 Reunião de alinhamento SEPLAN	7h Ida para Assis Brasil	8h Reunião com representantes da Prefeitura Brasileia 9h30 Reunião com representantes da Prefeitura Eptaciolândia	9h Reunião CPI e SOS Amazônia
Tarde	14h Reunião com Secretarias Estaduais 16h Reunião com AMAC	14h Reunião com representantes da Prefeitura de Assis Brasil Ida para Brasileia (pernoite)	13h30 Reunião CNS e Fórum Alto Mulheres 14h Retorno para Rio Branco	16h Reunião Comitê Chico Mendes

Os relatos das atividades realizadas no Acre podem ser acessados no **Anexo 18** deste produto.

1.2. DESAFIOS E POTENCIALIDADES

A partir do diagnóstico técnico e das reuniões realizadas com representantes locais no âmbito das missões técnicas, foi elaborado uma síntese de principais desafios e oportunidades identificados no estado. O material elaborado foi levado para as oficinas de planejamento territorial e disponibilizado aos participantes, a fim de gerar insumos para o debate nas atividades

Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Principais desafios

- **Segurança como questão multidimensional:** crimes ambientais como desmatamento, exploração ilegal de madeira e grilagem de terras articulados a redes do narcotráfico e outros ilícitos transfronteiriços comprometem a segurança e a preservação socioambiental. Há atuação do narcotráfico em áreas indígenas, com cooptação de jovens por organizações criminosas e inserção em dinâmicas de violência.
- **Aumento do desmatamento (30%),** na contramão dos demais estados amazônicos que apresentaram queda em 2024 e aumento dos incêndios florestais, em especial região do Vale do Alto Juruá (Feijó, Manoel Urbano e Cruzeiro do Sul)
- **Intensificação dos eventos climáticos:** Nos últimos anos, o Acre tem enfrentado episódios críticos de alagações e seca. Municípios como Brasileia, Tarauacá, Epitaciolândia, Feijó, Sena Madureira e Xapuri apresentam riscos climáticos principalmente associados a inundações, secas e deslizamentos.
- **Indefinição fundiária e sobreposição de registros** dificultam a segurança jurídica e favorecem conflitos territoriais e a grilagem de terras, especialmente em áreas públicas da fronteira.

- **Emissões de gases de efeito estufa:** a principal fonte de emissões nos municípios de fronteira é do setor de "mudança de uso da terra e florestas", principalmente por conta de desmatamento e da expansão de pastagens. Entre os municípios, Plácido de Castro e Senador Guiomard se destacam por apresentar os maiores valores de emissão e remoção de GEE no setor "agropecuário", em comparação aos demais setores.

Principais potencialidades

- **Floresta em pé como infraestrutura para o desenvolvimento:** Presença expressiva de TIs e UCs (48%) + florestas públicas constituem base estratégica para um ordenamento territorial com enfoque socioambiental.
- **Acúmulo de políticas ambientais:** que promovem avanços e inovações para o gerenciamento ambiental, governança rural e desenvolvimento de economias florestais, como a criação do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (Sisa) e o Programa REED+ Jurisdicional.
- **Zoneamento Ecológico-Econômico** do Acre é uma das principais ferramentas utilizadas para orientar as políticas públicas

Eixo Temático 2: Infraestruturas para o desenvolvimento

Principais desafios

- **Rodovias federais existentes, como a BR-317 e BR-364** são rodovias fundamentais para a conectividade regional e necessitam de maior manutenção. Ao mesmo tempo, têm atuado como vetores de ocupação desordenada e degradação ambiental em áreas sensíveis.
- **Projetos de integração logística transfronteiriça com o Peru e potenciais impactos socioambientais na região de fronteira**
- **Presença de Sistemas Isolados de Energia** nos municípios -de Jordão, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves - o que indica que regiões de difícil acesso no estado ainda dependem de tipo de fornecimento de energia abastecidos principalmente por usinas termelétricas a óleo diesel

- **Crescimento da população flutuante em cidades como Brasília e Epitaciolândia**, impulsionado pela presença da universidade em Cobija, o que gera pressão sobre os serviços públicos, elevação do custo de vida (especialmente aluguel) e sobrecarga na infraestrutura urbana, mas não está visibilizado nos dados do Censo IBGE.

Principais potencialidades

- **Presença de Universidades e de Institutos Federais**, com campi descentralizados e projetos de extensão universitária, ampliam as capacidades locais para pesquisa, inovação e desenvolvimento sustentável.
- **Implantação e operacionalização do Programa Luz Para Todos**, incluindo comunidades indígenas com utilização de fontes de energia renovável

Eixo Temático 3: Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

Principais desafios

- **Estruturação de cadeias produtivas sustentáveis:** dificuldades no beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos, além de necessidade de ampliação de assistência técnica e extensão rural, o que limita a geração de valor, especialmente entre pequenos produtores locais, ainda muito dependentes de atravessadores e intermediários.
- **Ausência de marcos regulatórios e acordos comerciais entre os países fronteiriços** limita a viabilidade de zonas comerciais especiais.
- **Baixa capacitação técnica das secretarias municipais** para captação de recursos e uso de instrumentos de planejamento, dificultando o acesso a políticas e fundos climáticos.
- **Precariedade das infraestruturas para desenvolvimento do turismo:** em especial para atender turismo de negócios, ecoturismo e etnoturismo.

Principais potencialidades

- **Produtos da Bioeconomia:** Cadeias da sociobiodiversidade, como as da castanha-do-brasil, borracha, murumuru e polpas de frutas, têm potencial estratégico para dinamizar segmentos da bioeconomia alimentar, medicinal, cosmética e artesanal, com base no manejo florestal sustentável.
- **Sistemas Agroflorestais (SAFs)** já aplicados em diferentes áreas do estado fortalecem práticas produtivas alinhadas à restauração ambiental e à resiliência climática.
- **Atuação de cooperativas em especial a Cooperacre,** referência em organização social e cooperação e principal produtora de castanha-do-brasil no país, com beneficiamento de outros produtos locais.
- **Atuação de grupos de trabalho e cooperação transfronteiriça,** o que fortalece cadeias produtivas sustentáveis e gera alianças entre comunidades indígenas e extrativistas, entre Brasil e Peru
- **Etnoturismo:** é uma das principais fonte de renda atualmente. os povos Huni Kuin, Yawanawá, Ashaninka, Puyanawa e Shanenawa e se destacam com festivais culturais e pacotes de vivências consolidados.

Eixo Temático 4: Povos indígenas e comunidades tradicionais

Principais desafios

- **Pressões crescentes sobre os territórios indígenas e tradicionais**, por meio de invasões, grilagem e uso predatório dos recursos naturais, comprometem a segurança das comunidades, a proteção dos territórios, a segurança hídrica e alimentar e a manutenção da “floresta em pé”.
- **Atuação do crime organizado nas áreas indígenas**, com cooptação de jovens e inserção de comunidades nas dinâmicas do narcotráfico, agrava vulnerabilidades sociais, econômicas e territoriais, fragiliza a governança comunitária e ameaça a reprodução física e social desses povos.
- **Parte da população indígena que vive em contextos urbanos tem dificuldade de acesso a direitos e serviços**: Em Brasília, no bairro 28 de maio, parte dessa população ocupa áreas próximas ao antigo aterro controlado, onde sofre remoções frequentes.

Principais potencialidades

- **Sociobioeconomia**: conhecimentos tradicionais oferecem base sólida para o uso sustentável dos recursos naturais, a proteção ambiental e o fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da bioeconomia.
- **Histórico da Aliança dos Povos da Floresta**: trajetória de articulação de povos indígenas, seringueiros e outras comunidades tradicionais oferece base concreta para modelos de governança territorial participativos e sustentáveis, inclusive com acúmulo de discussões sobre articulação transfronteiriça.

Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança

Principais desafios

- **Presença crescente do narcotráfico e de facções criminosas**, com atuação em áreas urbanas, rurais e indígenas. Municípios como Brasiléia, Epitaciolândia, Feijó, Sena Madureira, Rio Branco, Tarauacá e Xapuri fazem parte da rota do tráfico internacional, o que intensifica conflitos armados, homicídios, violência e letalidade.
- **Deficiências na infraestrutura aduaneira e na fiscalização**, como a limitação de pessoal e os horários reduzidos de funcionamento nos postos de fiscalização comprometem o controle aduaneiro e dificultam o fluxo comercial na fronteira, gerando prejuízos econômicos para o estado e os municípios.
- **Acolhimento de migrantes e refugiados**, majoritariamente bolivianos, venezuelanos e haitianos, - enfrenta limites estruturais. Organizações como OIM e Cáritas atuam, mas os abrigos disponíveis têm pouca capacidade para atender a demanda crescente.

Principais potencialidades

- **Municípios de Assis Brasil e Epitaciolândia** funcionam como corredores estratégicos da mobilidade na fronteira e podem ser fortalecidos como pontos-chave de políticas migratórias.
- **Operações de proteção como a iniciativa de Patrulha Rural**, que promove Segurança rural e patrulhamento na RESEX Chico Mendes, são importantes para fiscalização das áreas protegidas.

OFICINAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

As oficinas de Rondônia foram realizadas nas seguintes datas e locais:

Município	Data	Locais
Brasileia	22 de setembro de 2025	CEDUP - AV. Prefeito Rolando Moreira, 230 - Centro Brasileia - Acre
Cruzeiro do Sul	25 de setembro de 2025	Unidade Marechal Cândido Rondon / Núcleo de Pós-Graduação - UFAC Av. Copacabana, 1880

OFICINA EM BRASILÉIA

A oficina contou com a participação de diversos atores do município, da região e do estado, entre eles representantes de movimentos sociais indígenas e extrativistas, produtores rurais, setor empresarial, universidade, segurança e poder público. O espaço escolhido para a atividade foi a CEDUP – Centro Educacional de Educação Permanente, cuja infraestrutura, com auditórios e salas adequadas, favoreceu a organização e o desenvolvimento das discussões em grupo.

Número de participantes: 63 participantes (A lista de presença dos participantes consta no **Anexo 19** deste produto)

Mediadores do IBAM:

- Jessica Ojana – Assessoria Técnica do IBAM, Coordenadora Técnica do Projeto Fronteiras da Amazônia
- Clarice Antoun – Consultora Técnica do IBAM
- Maria Emília – Articuladora Local do IBAM no Acre

Mediadores externos:

- Luciana Mendonça - Consultora Técnica do MIDR
- Dayve Piva – Assessor Técnico GSI/PR, da Coordenação de Assuntos de Fronteira, Coordenador do GT Enafron

Relato da Plenária inicial – Abertura e discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

A sessão foi aberta pela representação do IBAM, que convidou para compor a mesa representantes do governo federal, estadual e municipal, os quais destacaram a importância da parceria e suas expectativas em relação ao trabalho. Nas falas iniciais ressaltou-se a iniciativa e a presença do governo federal para ouvir a realidade local a partir dos municípios. e como oportunidade de diálogo e construção conjunta de ações prioritárias, de forma a reconhecer especificidades do território de fronteira acreano. Ressaltou-se ainda a iniciativa

em andamento pelo Governo do Estado do Acre na criação de fóruns municipais de desenvolvimento econômico e social para alinhar as ações políticas no estado conjuntamente aos municípios.

Em seguida, foram apresentados a proposta relativa ao Núcleo Estadual de Fronteirada e dados do diagnóstico sobre a situação da Faixa de Fronteira do Acre, conforme documentado no Produto 1 da consultoria, abrindo-se espaço para complementações com foco nos desafios e potencialidades identificados. A apresentação pode ser consultada no **anexo 20** deste relatório.

Na plenária inicial, uma série de participantes se inscreveram para apontar complementações e fazer colocações sobre os temas do trabalho. No que se refere a segurança, houve elogios à atuação da equipe do GeFron. Na perspectiva do controle na fronteira, destacou-se a deficiência na fiscalização aduaneira e no fluxo de pessoas, ausente no Juruá. Destacou-se sobre a necessidade de bases para a aviação, considerando as regiões de difícil acesso do município. Destacou-se a ausência do Ibama no Juruá e da Polícia Federal em Marechal Taumaturgo, áreas que se configuram como principais rotas do tráfico de ilícitos. Elogiou-se o termo de cooperação firmado nas TI's entre a Secretaria de Segurança Pública e a FUNAI, como exemplo a ser seguido. Também foi falado que a questão da fiscalização influencia na bioeconomia, assim como em evitar a conversão do solo para a pecuária. Sugeriu-se ainda a abordagem dos dados de homicídio para feminicídio, apontando-se a recorrência do fenômeno. A Secretaria Estadual de Segurança informou que tem feito operações para protegerem mulheres do crime de feminicídio, o que resultou em uma redução de mais de 10% com relação ao mês anterior.

Enfatizou-se a diversidade de realidades das comunidades indígenas na região. Foi destacada a produção do cacau nativo pelo povo Manchineri, inclusive como possibilidade de atividade econômica a ser fomentada para evitar o envolvimento da juventude com as atividades ilícitas e o crime organizado. A secretaria de agricultura do Estado foi citada como parceria que vem atuando para alavancar a produção do cacau nativo na região. Neste programa desenvolve-se a possibilidade de geração de renda para a comunidade, trabalhando toda a cadeia do cacau, com manejo da floresta com SAF's, secagem e comercialização. Programas como este são vistos como saídas para retirar as populações da situação de vulnerabilidade e suscetibilidade.

Em algumas falas, destacou-se que projetos de ferrovia devem realizar consulta livre previamente informada, pois irá afetar as terras indígenas. Ressaltou-se a importância da participação das prefeituras, inclusive no conhecimento a respeito dos planos de gestão territorial das terras indígenas e seus protocolos de consulta. Foi citada ainda a questão dos povos isolados, que ao todo são seis, e o impacto que essas infraestruturas podem ter para essas comunidades. Foram levantadas críticas com relação ao desenvolvimento baseado na construção da infraestrutura de estradas e rodovias, pois estas se apresentam como o maior vetor do desmatamento. Em uma das falas, chamou-se atenção ainda sobre a visão de fronteiras pelos povos indígenas, uma vez que há conexão entre os povos, principalmente

indígenas peruanos. Ressaltou-se que há visões preconceituosas e excludentes contra os povos indígenas, que dificultam sua luta por demarcação das terras. Entende-se como necessário maior conhecimento sobre a realidade indígena pela totalidade da população, inclusive do seu papel no cuidado da fronteira, com possibilidades de contribuição no combate ao crime.

Foram destacados também os desafios dos eventos climáticos extremos e como a conservação da floresta amazônica e dos recursos hídricos é importante nesse sentido, não só para o Brasil, mas para o mundo todo. Ressaltou-se a falta de água potável como grande desafio que necessita de a adoção de políticas públicas efetivas para esta problemática. Ainda com relação aos recursos hídricos e mudanças climáticas, foi colocado que a alagação afeta primeiramente as terras indígenas porque estão localizadas na beira da cabeceira dos rios. Também foi falada sobre as dificuldades graves nos serviços e no abastecimento de água e da importância de áreas como a Reserva Chico Mendes para garantir o abastecimento da região.

Em uma das falas, apontou-se para sobre a limitação dos recursos frente às demandas e qual seria a expectativa da construção das ações na oficina em relação a este cenário. Foi ressaltada a importância de vincular as ações ao orçamento do PPA e discutida as possibilidades de investimento via as emendas parlamentares.

Foi apontada também a elevada dependência da população local em relação aos programas de transferência de renda, o que relevaria a fragilidade da base produtiva local e apontava para a necessidade de investimentos em qualificação profissional, empreendedorismo e geração de renda vinculada à realidade territorial.

Na questão da infraestrutura, um tema bastante enfatizado foi a situação da BR-364 que se encontra em situação de extrema precariedade, inviabilizando a mobilidade entre as principais regiões do Estado. Foi apontado que o tempo de deslocamento, nas condições atuais da estrada, é de até 18 horas de ônibus de Rio Branco a Cruzeiro do Sul. Também foi falado sobre os altos custos do transporte aéreo, exemplificando que o trecho entre as duas cidades chega às vezes a mais de 3mil reais, o que é inaceitável para um deslocamento dentro do próprio estado, que dura menos de 1h de voo. Foi ressaltado que muitas vezes é mais barato se deslocar de Rio Branco para Brasília do que para determinados locais do próprio estado. Ainda sobre o custo, foi citado que uma hora de helicóptero custa 80 mil reais e ainda tem baixa capacidade de transporte de materiais e abastecimento. Isso impacta na prestação de serviços essenciais, como saúde com a chegada de ambulância, medicamentos, vacinas, cestas básicas e no atendimento da população em geral. Além disso, o acesso e o deslocamento ficam ainda piores com os eventos climáticos extremos. No Estado do Acre há poucos postos de abastecimento, apresentando dois únicos polos, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, sem estoques em polos intermediários. Seria relevante fazer o levantamento sobre a necessidade de instalar entrepostos com estoques.

Instituições ambientais e de defesa dos direitos indígenas reforçaram a questão dos protocolos que devem ser seguidos para que determinadas autorizações sejam fornecidas, a partir da avaliação técnica, reforçando o trabalho de pesquisa, monitoramento, fiscalização existente, mas também apontando para o baixo número de servidores, o que sobrecarrega a gestão.

Com relação às comunidades tradicionais, chamou-se a atenção para certa invisibilidade das questões da população extrativista, se comparada às questões indígenas, que já tem maior respaldo internacional. No Acre há o histórico da extração do látex/borracha por populações tradicionais, o que deve receber mais apoio, também na esteira das possibilidades de geração de renda para os jovens. Mais uma vez enfatizou-se que se deve produzir maior divulgação sobre a importância das florestas, dos rios e da biodiversidade amazônica, como forma de manutenção da vida e isso sendo percebido também como atividades econômicas na perspectiva da sustentabilidade. Foi apontado que grupos e facções do tráfico e crime organizado já atua nas reservas, cooptando jovens e aumentando a necessidade de segurança nesses locais. Outro assunto abordado foi a questão educacional, sinalizando dificuldades no deslocamento das crianças para as escolas, especialmente na zona rural. Além disso, destacou-se a importância de fazer ações de resgate cultural, por exemplo, sobre a cultura dos seringueiros e extrativistas. Foi dito ainda que existem atividades de turismo de base em Xapuri, mas ainda com necessidade de multiplicação das iniciativas e dos recursos.

O Sebrae também fez uma fala na plenária inicial convidando os presentes para as atividades do Programa Cidade Empreendedora, em andamento em todo o estado, e que irá percorrer todos os municípios do estado, para escuta ativa. A iniciativa tem como objetivo atuar junto ao poder público como agente facilitador, fomentador, eficiente e ágil; alinhando seus processos e serviços para a agenda de desenvolvimento, apoiando o equilíbrio, a inclusão, a cooperação no mercado e estimulando a formação de capital social capaz de sustentar o processo de desenvolvimento.

Discussão em grupos – Formulação de Ações Prioritárias

Na sequência, os participantes foram organizados em grupos, com base nos cinco eixos de trabalho. Um dos grupos discutiu conjuntamente os temas de Infraestrutura, Segurança e migrações. A seguir apresenta-se a sistematização das propostas de ação trabalhadas por cada grupo.

Eixo 1 - Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Fazer revisão dos planos diretores municipais	Todos os municípios	MIN Cidades, MIDR, MIN Transportes, MPO, gov estadual, AMAC

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Elaborar plano de prevenção (mitigação e adaptação) para eventos extremos	Todos os municípios	MIN Defesa, MIDR, MPO, ICMBio, FUNAI, IBAMA e MPI
Fortalecer o programa de regularização fundiária INTER-AC, especialmente o reforço de recursos e oficinas de capacitação em regularização fundiária.	Urbano e rural	INTER-AC, INCRA, MAPA, MDA MMA
Melhorar captação de água para abastecimento humano	Todos os municípios	-
Identificar e mapear de mananciais de recursos hídricos.	Todos os municípios	MMA, ANA, IBAMA, MIDR, SEMA, SEMAGRI, IMAC
Fazer ações de recuperação e fiscalização da ocupação do aquífero Rio Branco	Rio Branco	-
Promover articulação interinstitucional para fazer plano da Bacia do Igarapé	Epitaciolândia	-
Fazer revisão dos planos diretores municipais	Todos os municípios	MIN Cidades, MIDR, MIN Transportes, MPO, gov estadual, AMAC

Eixo 2 - Infraestrutura para o Desenvolvimento

Eixo 5 - Integração Regional, Migrações e Segurança

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Aumento do efetivo ou convênios com o estado	Região do alto/baixo Acre	Mapa, receita federal e polícia federal
Ampliação do uso da tecnologia para monitoramento com capacitação dos agentes de segurança	Áreas de fronteira com Bolívia e Peru	Órgãos de fiscalização e segurança
Adicional de fronteira, valorização dos servidores (órgãos ambientais, de segurança, FUNAI)	Em áreas de fronteiras (dificuldade de acesso/deslocamento)	Forças armadas, marinha
Implantação de capitania da marinha no estado do Acre	Regional Juruá, Mesorregião Taraucá - Envira	Órgãos de segurança, ambientais (ICMBIO, IBAMA) FUNAI, bombeiros
Criação de bases integradas com definição de competências e responsabilidades sobre a gestão do espaço	Brasileia/Epitaciolândia, Sena, Madureira, Feijó	Prefeituras, AMAC, REPAC e órgão do gov federal
Fortalecimento da gestão municipal com qualificação do	Todas as 22 prefeituras	Prefeituras Brasileia e Epitaciolândia.

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
quadro técnico (instrumentos de planejamento, captação de recursos)		Ministérios saúde/educação/relações exteriores

Eixo 3 - Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Mapear e estruturar cadeias produtivas: cacau, café, mandioca, açaí e mel	Todos os municípios	MDA, MAPA, EMBRAPA, MIDR
Mapear e estruturar cadeias extrativistas: borracha, castanha, murumuru, cacau, açaí, mel, andiroba e buriti	Todos os municípios	MDA, MAPA, EMBRAPA, MIDR
Elaborar plano de manejo sustentável de madeira	Vale do Acre – Alto e Baixo Acre	IBAMA, ICMBio, MMA
Estruturar atividade turística relacionada ao GEOGLIFOS		SEC TUR E DES, MTUR
Capacitar secretarias para fazer projetos e captar recursos		
Fazer atualização de cadastramento de documentos de produtores, associações para projetos e recursos		
Capacitar produtor da agricultura familiar para acessar o PAA e o PNAE		MDA, EMBRAPA, SENAR, SEBRAE, GOV ESTADO, ANATER MIDR, UNIV, IF
Oferecer capacitação em gestão para o associativismo e cooperativismo.		
Fortalecer parcerias para assistência técnica continuada da ATER / EMATER / SECMUN		
Promover acesso a crédito facilitado para as cadeias extrativistas		MIDR, MDIC, MAPA, MDA, MMA, MPO, MCTI
Realizar estruturação de rede e canais de comercialização para produtores locais		MIDR, MDIC, MAPA, MDA, MMA, MPO, MCTI

Eixo 4 - Povos indígenas e comunidades tradicionais

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Oferecer assistência social aos indígenas em contexto urbano	Todas as TI's e UC's do Acre	OPIAC, sindicatos, associações locais, ass moradores e produtores da RESEX Chico Mendes em Brasileia e Epitaciolândia - Amoprebe
Garantir a demarcação das terras indígenas em processo de regularização no Acre	Territórios indígenas em processo de regularização	SEPI, SEM-ACRE, SEAGRI, FUNAI, MDI, AMAIAC, ICMBio, SENAR, SEE-AC,
Promover a participação das associações indígenas, associações de RESEX, sindicatos, comunidade acadêmica, e sociedade civil	Todas as UCs e TI's do Acre	Todas as TI's, UC's, ONGs, Indigenistas, ambientalistas, UFAC e IFAC.
Promover a integração regional e os acordos binacionais		
AÇÃO ESTRUTURANTE – FORMAÇÃO TÉCNIA E POLÍTICA – POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS		
Realizar fiscalização integrada	TI's: Estirão, Mamoadate, Riozinho Iaco, Mashco do Chandless, Cabeceira do Rio Acre. UC's: Estação ecológica Rio Acre, Resex Chico Mendes, Flona Santa Rosa, Flona Macauã	GEFron, Exército, FUNAI, MPI, ICMBio, PF, SEMA, IMAC, SEJUSP, IBAMA, BPA, GSI, MJ, PR
Realizar monitoramento e vigilância integrada		SEAGRI, SEPI, CPI-ACRE, FUNAI, MPI, OPI Associações comunitárias e indígenas Sindicatos
Fortalecimento das atividades produtivas tradicionais	Todas as TI's e UC's do Acre	SEPI, FEM -ACRE, SEAGRI, FUNAI, MPI, AMMAIAC, ICM, SENAR, SEC ACRE, SECRETARIAS EDUCAÇÃO MUNICIPAL, OPIAC, SINDICADOS ASSOCIAÇÕES LOCAIS, AMOPREB
Implementar a merenda regionalizada PAA e PNAE		
FORTALECIMENTO DAS CULTURAS		
Fortalecer cadeias produtivas da borracha, cacau, castanha, café, açaí e artesanato.	Resex Chico Mendes	SEAGRI, SEPI, CPI, AMAIAC, FUNAI, ICMBio,

Fortalecer cadeias produtivas do Café, Cacau , patoá e artesanato	Mamoadate	MDA, Ass locais, AMOPREB
	TI	FUNAI, Secretarias de assistência social, Ministério do Desenvolvimento Social
Fortalecer o etnoturismo e o turismo comunitário	UCs e TI's do Acre	SEC TUR MUN EST, MTUR, FUNAI, MPI, ICMBio
Reconhecer e implementar os planos de gestão territorial e ambiental das TI's com recursos próprios	TI's do Acre	GOV FED, GOV ESTADUAL, FUNAI, ICMBio, IBAMA
Realizar consulta livre previa e informada para os povos indígenas tradicionais antes da construção de rodovias, ferrovias e infraestruturas que venham causar impactos para esses povos.	UCs e TI's do Acre	MPI, MPF, Comunidades e associações Indígenas e tradicionais, FUNAI, instituições parceiras

Relato da Plenária final da oficina de Brasileia:

Na plenária final, os participantes apresentaram as propostas debatidas nos grupos. No eixo de Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática, os grupos enfatizaram a necessidade de revisar os planos diretores municipais e de fortalecer o programa de regularização fundiária (ITERACRE), com ampliação de recursos e oferta de capacitações. Também foi proposta a elaboração de planos de prevenção e adaptação a eventos climáticos extremos, bem como o mapeamento e a recuperação de mananciais hídricos e aquíferos, para garantir segurança no abastecimento de água. As ações sugerem uma atuação interinstitucional articulada entre governos municipais, estaduais e federais para aprimorar a gestão ambiental e territorial, com foco especial na proteção dos recursos hídricos e na ocupação sustentável do solo.

No eixo de Infraestrutura para o Desenvolvimento, o foco das discussões foi o fortalecimento da gestão municipal e a melhoria dos serviços públicos básicos. Apesar da discussão no grupo sobre a questão da precariedade das estradas BR-317 e BR-364, as propostas focaram em outros pontos. Entre as principais propostas estão a criação de bases integradas em cidades estratégicas, como Brasileia, Epitaciolândia, Sena Madureira e Feijó, e o fortalecimento técnico das prefeituras para planejamento e captação de recursos, com apoio das esferas estadual e federal. Foram apontadas como urgentes a ampliação da cobertura de comunicação e a implantação de postos de fiscalização nas cidades gêmeas da fronteira. Na complementação da plenária, outros participantes também destacaram a necessidade de um sistema atualizado sobre a população flutuante, a fim de ajustar as

políticas públicas de saúde, educação e assistência social, considerando o intenso trânsito de pessoas entre Brasil, Bolívia e Peru.

O eixo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social reuniu propostas voltadas à diversificação econômica e à valorização das cadeias produtivas locais. As ações preveem o mapeamento e a estruturação das cadeias de cacau, café, mandioca, açaí, mel e produtos extrativistas como borracha, castanha, murumuru, andiroba e buriti. Também foi sugerida a elaboração de planos de manejo sustentável da madeira e o incentivo ao turismo associado aos geoglifos, patrimônio arqueológico do Acre. O grupo propôs capacitações técnicas para produtores e secretarias municipais, atualização cadastral de associações e estímulo ao acesso a programas federais como o PAA e o PNAE. Foram destacadas ainda medidas para ampliar o crédito, fortalecer a assistência técnica e estruturar redes de comercialização, promovendo inclusão produtiva e renda de forma sustentável.

No eixo de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, as propostas reforçaram o compromisso com os direitos territoriais, culturais e sociais dessas populações. O grupo destacou a importância da demarcação das terras indígenas que estão em processo de regularização e da oferta de assistência social aos indígenas em contexto urbano. Foram sugeridas ações para fortalecer a participação das organizações indígenas, das reservas extrativistas e da sociedade civil nas decisões públicas, além de promover a integração regional por meio de acordos binacionais e fiscalizações conjuntas em áreas de fronteira. As propostas incluem o reconhecimento e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), a regionalização da merenda escolar e o incentivo ao etnoturismo e ao turismo comunitário. Também foi defendido o direito à consulta livre, prévia e informada em casos de projetos de infraestrutura com potencial impacto sobre os territórios indígenas.

Por fim, o eixo de Integração Regional, Migrações e Segurança concentrou-se em medidas para reforçar a presença institucional e o controle das fronteiras acreanas. Entre as ações apresentadas estão o aumento do efetivo de servidores federais, a valorização dos profissionais que atuam em áreas de difícil acesso e o uso de tecnologias de monitoramento com capacitação de agentes locais. Propôs-se ainda a instalação de uma capitania da Marinha na região do Juruá, para ampliar o controle e a segurança na navegação fluvial, além da formalização de convênios entre o governo federal e o estadual para fortalecer a atuação integrada dos órgãos de fiscalização e segurança. Como complementação da plenária neste tema foi colocada a questão do acesso livre na fronteira de Brasileia, já que não nenhuma fiscalização do lado brasileiro. Foi feito um relato sobre situação de roubos, em especial de motos, que acontecem frequentemente e reforçada a necessidade da criação de postos de vigilância e fiscalização nas cidades gêmeas.

Registros Fotográficos da Oficina de Brasileia: Mesa de abertura e Coffee-break



Debates - grupos temáticos





Registro Final da atividade



Foto: IBAM

OFICINA EM CRUZEIRO DO SUL

A oficina contou com a participação de diversos atores do município, da região e do estado do Acre, entre eles representantes do poder público municipal, estadual e federal, sociedade civil, movimento indígena, setor empresarial e universidade. O espaço escolhido para a atividade foi a Universidade Federal do Acre – UFAC – Campus Marechal Rondon.

Número de participantes: 40 participantes (A lista de presença dos participantes consta no **Anexo 19** deste produto)

Mediadores do IBAM:

- Jessica Ojana – Assessoria Técnica do IBAM, Coordenadora Técnica do Projeto Fronteiras da Amazônia
- Clarice Antoun – Consultora Técnica do IBAM
- Maria Emília – Articuladora Local do IBAM no Acre

Mediadores externos:

Devido às questões logísticas, os representantes do MIDR e do GSI não puderam comparecer à atividade. Para dar boas-vindas à oficina, • Dayve Piva – Assessor Técnico GSI/PR, da Coordenação de Assuntos de Fronteira, Coordenador do GT Enafron gravou um vídeo aos participantes da atividade.

Relato da Plenária inicial – Abertura e discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

A sessão foi aberta pela representação do IBAM, que explicou brevemente o objetivo da oficina e do projeto, e convidou para compor a Mesa de Abertura representantes do Governo Estadual (Secretaria de Planejamento) e das Prefeituras presentes. Entre as autoridades, estavam o prefeito de Rio Branco que também é Presidente da Associação dos Municípios do Acre – AMAC, Tião Bocalom, além dos prefeitos dos municípios do Jordão (Naldo Ribeiro), de Marechal Taumaturgo (Valdênio Furtado), Cruzeiro do Sul (José de Souza Lima) e Rodrigues Alves (Ralf de Sá Ribeiro).

Na abertura, foi exibido um vídeo do Coronel David Piva, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que contextualizou a atuação de sua pasta na coordenação da Política Nacional de Fronteiras e do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras. Ele conclamou os participantes a contribuírem com suas realidades locais para orientar as ações do governo federal, reforçando a importância do engajamento local na construção de políticas públicas eficazes.

Após a exibição do vídeo, os representantes que compunham a mesa destacaram a importância da integração entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil para alinhar prioridades de ação, com ênfase na necessidade de o governo federal ouvir os desafios locais. O binômio segurança pública-desenvolvimento foi um dos principais temas abordados, com diversas falas argumentando que um não avança sem o outro,

especialmente no contexto do combate a ilícitos transnacionais, considerando que o Acre faz fronteira com os maiores produtores de coca do mundo (Peru e Bolívia). Defendeu-se um desenvolvimento regional equilibrado que inclua todas as regiões, promovendo políticas específicas para realidades distintas, como municípios com até 45% de população indígena. Foram abordados ainda os desafios de infraestrutura, como a dependência de vias fluviais, estradas sem manutenção a carência de ligações terrestres, que dificultam o escoamento de produção, o acesso a comunidades e a fiscalização ambiental e territorial nas fronteiras.

Também foi apontada a necessidade de políticas de desenvolvimento que conciliem conservação ambiental - já que alguns municípios têm mais de 94% com áreas protegidas - com inclusão social e educação ambiental como ferramenta de transformação. As autoridades destacaram ainda a necessidade incentivos fiscais e internacionalização do aeroporto Cruzeiro do Sul para fomentar o turismo e outras atividades produtivas.

Em seguida, foi apresentada a proposta relativa ao Núcleo Estadual de Fronteira, bem como os dados do diagnóstico sobre a situação da Faixa de Fronteira do Acre, conforme documentado no Produto 1 da consultoria. Logo em seguida foi aberto o espaço para complementações dos participantes com foco nos desafios e potencialidades identificados. A apresentação pode ser consultada no **anexo 20** deste relatório.

A plenária proporcionou um espaço de debate entre diversos atores com perspectivas distintas sobre o desenvolvimento regional do Alto Juruá. No âmbito da infraestrutura, as discussões revelaram preocupações comuns, como o exemplo emblemático citado por vários participantes sobre a precária situação da rodovia federal BR-364, que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul e onde uma viagem que deveria ser realizada em poucas horas chega a demorar mais de 12 horas, evidenciando a urgência de investimentos em reconstrução e manutenção. Esta realidade impacta diretamente o escoamento de produção, o acesso a serviços essenciais para a população, bem como o desenvolvimento do turismo, setor reconhecido por todos como estratégico para a região mais ocidental do Brasil com a Serra do Divisor como um dos grandes atrativos.

O projeto de estrada entre Cruzeiro do Sul e Pucallpa (Peru) emergiu como um dos temas mais polêmicos da plenária. Enquanto alguns participantes defenderam a obra como fundamental para a integração regional e o desenvolvimento econômico, outros alertaram para os seus riscos socioambientais e a necessidade de que qualquer projeto de infraestrutura deve submeter-se à Consulta Livre, Prévia e Informada, com alertas sobre os riscos de invasões territoriais e da vulnerabilidade dos povos isolados.

Também foi debatido o potencial turístico da região, reconhecido como uma das principais vocações econômicas. No entanto, os participantes alertaram para os obstáculos logísticos que impedem seu pleno desenvolvimento, especialmente os custos das passagens aéreas entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Como solução estratégica para este gargalo, foi defendida a internacionalização do aeroporto de Cruzeiro do Sul, entendida como medida essencial para viabilizar o fluxo turístico direto para a região e impulsionar a economia local.

Durante as discussões, também ficou evidente que a principal ameaça hoje é representada pelo avanço do crime organizado e do tráfico de drogas em terras indígenas e reservas extrativistas, com relatos sobre o domínio de facções criminosas em áreas com pouca presença do Estado.

Neste contexto, foi destacada ao início de uma parceria entre a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado do Acre (SEJUSP), que tem como objetivo combater especificamente a presença de facções criminosas em territórios indígenas. Esta cooperação, ainda em fase inicial, representa um esforço conjunto entre a proteção territorial indigenista e ações de segurança pública, reconhecendo a vulnerabilidade particular das comunidades indígenas frente ao crime organizado, sobretudo, das populações indígenas em situação de isolamento que vivem na fronteira entre Brasil e Peru. Embora tenham sido apresentadas outras ações de combate ao tráfico durante a plenária, os participantes ressaltaram a necessidade de maior articulação institucional. O enfrentamento ao crime organizado nas fronteiras exige ações coordenadas entre diferentes órgãos governamentais.

O tema da bioeconomia e das cadeias produtivas sustentáveis foi amplamente discutido como alternativa estratégica para o desenvolvimento regional. Vários participantes destacaram o potencial de cadeias como o cacau nativo, açaí, óleos vegetais e outros produtos da sociobiodiversidade para gerar renda e fixar os jovens nas comunidades. Estas atividades foram apresentadas como opções economicamente viáveis que mantêm a floresta em pé, aliam conhecimento tradicional à inovação tecnológica e representam uma alternativa concreta ao avanço de atividades predatórias e ao aliciamento ao crime organizado.

Na questão educacional e cultural, todos reconheceram a educação como base para o desenvolvimento sustentável: alguns defenderam políticas de fortalecimento das identidades e raízes culturais, enquanto outros manifestaram preocupação com o êxodo de jovens dos municípios mais isolados do Acre, como Santa Rosa do Purus e Marechal Thaumaturgo.

Ressaltou-se a necessidade de reconhecimento do "custo amazônico" na formulação de políticas públicas, destacando que as particularidades logísticas, ambientais e sociais da região demandam tratamento diferenciado nos investimentos e programas governamentais.

O grande desafio que se coloca, portanto, é como conciliar distintas visões em um projeto de desenvolvimento regional que seja ao mesmo tempo economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável. A plenária cumpriu assim seu papel de arena democrática, onde diferentes concepções puderam ser apresentadas e confrontadas de maneira construtiva, apontando para a necessidade de continuidade deste diálogo através da reativação do Núcleo Estadual de fronteira do Acre

Discussão em grupos – Formulação de Ações Prioritárias

No período da tarde, os participantes foram organizados em grupos com base nos cinco eixos de trabalho. Um dos grupos discutiu conjuntamente os temas de Infraestrutura, Segurança e migrações. Outro grupo reuniu os temas de Ordenamento Territorial com Fomento às atividades produtivas sustentáveis. A seguir apresenta-se a sistematização das propostas de ação trabalhadas por cada grupo.

Eixo 1 - Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Eixo 3 - Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Elaborar diagnóstico sobre as causas do aumento do desmatamento no estado ac.	Todos os municípios AC	IBAMA, ICMBIO, FUNAI, IBAMA, PF, OEMAS
Garantir e fortalecer os órgãos*(total de servidores, equipamentos, recursos, cond. de trabalho) * órgãos de proteção territoriais		ICMBIO, pref. ass. locais comunitárias, TIs
Elaboração dos planos de manejo das Resex e monitoramento		
Revisão dos planos diretores	Os municípios do AC (exceção Rio Branco)	SEPLAN, gab. Prefeitos, min. Cidade, MIDR, MMA
Garantir recursos e suporte técnico para implementação do plano de saneamento e resíduos sólidos		
Instituir comitês e planos de bacias hidrográficas	Bacia do Juruá	ANA, SEC. MUN. MEIO AMB., ONG DAS ÁGUAS (JURUÁ) ASS. PESCADORES, GOV. TERRAS INDÍGENAS/RESEX
Fortalecer/capacitar os municípios (equipes secretaria) para acessar recursos e suporte técnico	Vale do Juruá	SEPLAN, gab. Prefeitos, min. Cidade, MIDR, MMA
Ação continuada de educação ambiental nas escolas		Sec. Educação (mun/est), SEMAS, parceiros potenciais, UFAC, ICMBIO, IFAC, IBAMA
Necessidade de mediação e tradução das línguas indígenas nas escolas, órgãos pub, serviços		SEC. EDUC. (MUN/EST), SEPI, OPIRJ, FUNAI, UFAC/LICENCIATURA,

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Apoio do estado para planos de visitação às TIs construídos pelas comunidades indígenas		Rep. Org. Indígenas, FUNAI, sec turismo, MTUR, SEPI
Priorizar a proteção territorial das fronteiras/TIs/UCs diante dos novos projetos		Órgãos de proteção, fiscalização, ICMBIO, IBAMA, PF, forças segurança, FUNAI, org. Comunidades locais
Garantir a aplicação das leis ambientais		SEMAS, outras secretarias
Ações e equipamentos para combater fogo/queimadas		
Elaborar projeto de proteção e recuperação das nascentes e revitalização dos rios		

Eixo 2 - Infraestrutura para o Desenvolvimento

Eixo 5 - Integração Regional, Migrações e Segurança

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Realizar os estudos de viabilidade para acessos intermunicipais respeitando a legislação e considerando as características territoriais	Marechal Thaumaturgo, Jordão, Porto Walter, Santa Rosa do Purus, Cruzeiro do Sul	Órgãos de planejamento e transporte (Gov. Federal, Estadual e Municipais), soc. Civil (povos indígenas, comunidades tradicionais, associações da sociedade civil)
Constituir instâncias de discussões amplas e plurais na perspectiva de integração Brasil-Peru	-	-
Implantação de bases integradas de gestão e monitoramento, com as devidas competências/atribuições	-	Órgãos de segurança, ICMBIO, IBAMA, FUNAI
Implantação de bases fluviais para patrulhamento dos rios	Foz do Breu, Juruá Mirim (Foz), Triunfo (Rio Juruá), MOA (São Salvador)	Marinha

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Ampliar o efetivo de órgãos de fiscalização	-	-
Melhorar a infraestrutura alfandegária dos aeroportos	Aeroporto de Rio Branco e Cruzeiro do Sul	Receita federal, MAPA, Vigiagro

Eixo 4 - Povos indígenas e comunidades tradicionais

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Assegurar a realização da consulta, livre, prévia e informada na execução de projetos de infraestrutura e empreendedorismo em geral	Terras indígenas e unidades de conservação do Alto Juruá	Instituições do estado, comunidades e organizações indígenas
Realização de estudos de viabilidade e impactos econômicos e socioambientais antes dos projetos de integração viária	Alto Juruá como um todo	Governo do estado e governo federal e empreendedores FUNAI, ICMBIO
Plano de gestão (atualização do ZEE) respeitando os valores da região	Alto do Juruá como um todo	Instituições de governo, sociedade civil e movimentos indígena e extrativista
Plano de fiscalização e vigilância integrada entre órgãos do estado e os povos indígenas e tradicionais	Terras indígenas e unidades de conservação, Resex, Parques Nac., INCRA	Polícia Federal, IBAMA, SEJUSP, ICMBIO, FUNAI, Exército
Realização de concursos regionalizados para órgãos estatais de proteção territorial nas fronteiras	Alto Juruá como um todo	Governo estadual e federal
Fortalecimento da gestão das unidades de conservação, áreas protegidas e projetos de assentamento	Unidades de conservação e áreas protegidas do ACRE	Governo federal e governo estadual
Ampliação do debate sobre bioeconomia na região e diagnósticos	Territórios indígenas e unidades de conservação	Governo Federal e governo estadual

Fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade	Alto Juruá como um todo	Governos estadual, federal e municipal e organizações indígenas e extrativistas
Reativar as bases do exército, polícia federal e IBAMA na região	Alto Juruá como um todo	Governo federal e governo estadual
Assistência social à população indígena em contexto urbano	Cidades do Alto Juruá	Governos federal, estadual e municipal
Fortalecimento institucional das organizações dos movimentos indígenas, social e extrativistas	Terras indígenas e unidades de conservação do Alto Juruá	Governos federal e estadual, organizações indígenas e extrativistas
Formação e capacitação para captação de recursos e gestão das organizações indígenas e extrativistas	Terras indígenas e unidades de conservação do Alto Juruá	Governos federal e estadual, organizações indígenas e extrativistas

Relato da Plenária final da oficina de Cruzeiro do Sul

No debate conjunto dos Eixos 2 (Infraestruturas para o Desenvolvimento) e 5 (Integração Regional, Migrações e Segurança), o grupo destacou a importância de se realizar estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a criação e recuperação de acessos intermunicipais. No âmbito da integração internacional, foi destacada a necessidade de discutir de forma mais aprofundada os investimentos chineses no Brasil, especialmente em projetos de infraestrutura na região de fronteira com o Peru, visando assegurar que tais investimentos estejam alinhados com os interesses nacionais e de desenvolvimento regional. A questão da segurança foi apontada como crítica, com a preocupante ausência da Polícia Federal e da Marinha em Marechal Thaumaturgo, exigindo a realocação ou intensificação do efetivo dessas forças para garantir a segurança na fronteira. O grupo abordou ainda o tema da segurança alimentar e desenvolvimento local, propondo a articulação para que os recursos do FUNDEB possam ser utilizados para aquisição de merenda escolar diretamente dos produtores rurais da região, fomentando assim a economia local e garantindo alimentação de qualidade nas escolas.

Na discussão do Eixo 4 (Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais), o grupo debateu ações focadas na proteção territorial e no desenvolvimento sustentável. As principais propostas giraram em torno de garantir a Consulta Livre, Prévia e Informada em projetos de infraestrutura, condicionando a implementação de estradas e outros empreendimentos à realização de estudos aprofundados de viabilidade e impacto socioambiental. O objetivo é prevenir conflitos sociais e danos ambientais. Enfatizou-se a importância de um planejamento territorial integrado que respeite os valores das populações locais e da floresta, de modo que a infraestrutura seja uma decorrência desse plano macro, e não um

projeto isolado. Outro ponto central foi o fortalecimento da fiscalização integrada entre órgãos estaduais, federais e as próprias comunidades, incluindo a reativação de bases do Exército e da Polícia Federal em áreas críticas de fronteira. Por fim, o grupo destacou a bioeconomia como modelo de desenvolvimento para a região, propondo a realização de diagnósticos e a ampliação do debate sobre cadeias produtivas sustentáveis, paralelamente ao fortalecimento institucional das organizações indígenas e extrativistas, para capacitá-las para acessar recursos e gerir seus territórios com autonomia.

Na discussão conjunta dos Eixos 1 (Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática) e 3 (Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social), o grupo debateu propostas centrais que incluíram a elaboração de instrumentos de planejamento, como o Plano de Manejo da Resex Alto Juruá, a revisão de Planos Diretores municipais e um plano de saneamento básico. Também foi proposta a criação de um Plano de Visitação para Terras Indígenas, um diagnóstico da receita do enoturismo e a regulamentação da profissão de Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIIs). Também foi priorizado o combate às queimadas, ilustrado pela insuficiência de recursos no combate a um incêndio no Parque Nacional da Serra do Divisor. Por fim, alertou-se para a necessidade de políticas específicas para a complexa situação do povo indígena Madjá em contexto urbano.

Registros Fotográficos da Oficina de Cruzeiro do Sul

Mesa de abertura



Debates – grupos temáticos



Registro Final da atividade





Foto: IBAM

ANEXO 18 - Relatoria Missão técnica preliminar

RELATO DAS REUNIÕES

1) Reunião com Secretarias Estaduais

Data/Horário: 14/04/2025 / 14:00

Local: Secretaria de planejamento do governo do estado do Acre

Participantes: Marky Britto (SEPLAN), Francimar Cavalcante e Maria Suzana Silva (Secretaria de Planejamento SEPLAN), Thiago de Almeida (Secretaria de Agricultura - SEAGRI), Pamela e Roberto (Secretaria Extraordinária dos Povos indígenas - SEPI), Silvia Machado (Secretaria de Meio Ambiente - SEMA), Francisco Generozzo (Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais S/A - CDSA), Roberto França (Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC), Jessica Ojana, Clarice Antoun e Maria Emilia Coelho (IBAM)

Principais pontos discutidos:

- Discussões sobre infraestrutura e desenvolvimento econômico regional e a perspectiva de uma nova ligação com o Peru. Desafios da logística e exportação de produtos locais, especialmente castanha e soja.
- A deficiência no efetivo de servidores públicos para trabalhar em segurança e fiscalização dificulta a proteção, o controle aduaneiro e a agilidade comercial. Relataram dificuldade com o controle aduaneiro e com notas fiscais do comércio de madeira. Sugerem desenvolver mecanismos que possibilitem a alocação de servidores estaduais nestas funções.
- Demanda por capacitação das secretarias, em assuntos de captação de recursos, especialmente fundos climáticos, e por atualizar instrumentos de planejamento também para atuar com mudanças climáticas.
- Estão elaborando a revisão do ZEE, na fase IV.
- Há um Plano Estratégico do Estado, que precedeu o PPA, e pode contribuir como subsídio à formulação da carteira de projetos.
- Foram realizadas reuniões com Peru e Bolívia originou uma ata com apontamentos de como cooperar em problemas comuns através de ações tripartites.
- A SEPLAN está articulando a criação de dois fóruns municipais de desenvolvimento, um econômico, e outro social. Serão fóruns de discussão permanentes, para garantir um diálogo mais aproximado entre o estado e os municípios do Acre.



2) Reunião com Associação de Municípios do Acre - AMAC

Data/Horário: 14/04/2025 / 16:00

Local: Escritório da AMAC

Participantes: Marilice Maffir (Diretora executiva da AMAC), Francimar Cavalcante e Maria Suzana Silva (SEPLAN), Jessica Ojana, Clarice Antoun e Maria Emília Coelho (IBAM).

Principais pontos discutidos:

- Falaram sobre a regionalização do estado e seus 22 municípios, contextualizando o papel da AMAC.
- Apontaram como desafio questão do efetivo de fronteira. Também apontam visão sobre proposta de acordo de cooperação que autorize o Estado a assumir parte da função de fiscalização e autorização aduaneira na fronteira, pela carência do efetivo federal (por exemplo do MAPA).
- Estão trabalhando em propostas de em Consórcio de Resíduos Sólidos entre municípios.



3) Reunião com Prefeitura de Assis Brasil

Data/Horário: 15/04 14:00

Local: Auditório da Prefeitura

Participantes: Franciclea Correa (Gabinete), Quedinei Barreto (Secretário de planejamento municipal), Régila Ribeiro (engenheira civil da Seplan), Daniel de Araújo (arquiteto da Seplan), Mirla Araújo (assistência social), Maria A. Costa Bento (coordenadora assistência social), Mariana Martins (representante da secretaria de Obras), Francisco Monteiro (representante da secretaria de agricultura e meio ambiente), Ednês Silva de Araújo (diretora secretaria de turismo), Francimar Cavalcante e Maria Suzana Silva (SEPLAN), Jessica Ojana, Clarice Antoun e Maria Emília Oliveira (IBAM).

Pontos discutidos:

- Observações sobre a população flutuante, que usufrui dos serviços públicos, No entanto esse custo vem predominantemente por recursos de repasses federais, que é estimado pela população residente, o que inviabiliza os custos com a população flutuante
- Relatos sobre a assistência municipal aos indígenas, que é realizada principalmente em esportes e lazer. Por outro lado, a ausência de fiscalização e segurança pública estimula o tráfico, que acaba cooptando os indígenas.
- Percepção de que o bolsa família é usado como obstáculo para a adesão às oportunidades de emprego por parte da população beneficiária.
- Questões de acesso e logística: reforçou-se que problemas no acesso, como ausência de estradas vicinais, agravam o distanciamento geográfico dos principais centros e o escoamento de uma (potencial) produção. As limitações alfandegárias relacionadas ao atendimento diário restrito em 8 horas, atrasam a logística de materiais e produtos.
- Problematizações a respeito de novas rotas logísticas, sobre as alternativas que têm sido apresentadas por mídia e governos, que desviam o corredor logístico da BR-317, que passa por Assim. Sinalização de que grandes investimentos já foram feitos para a construção dessa estrada e Preocupação de que novas rotas, acabem por isolar mais o município.
- Em termos produtivos e econômicos destacaram programas de incentivo para o café, pois o retorno seria mais rápido. No entanto, há gargalos como carência de materiais como silo, secador, armazenamento, que atrapalham a estruturação da atividade.
- Fazem a pecuária de corte e vendem bezerros, mas não há uma cadeia produtiva estruturada, mesmo frente à existente demanda peruana.
- Discussões sobre o fortalecimento do turismo, aproveitando a existência do Festival Internacional da Castanha, dos parques naturais, e do volume de não residentes que passam pelo município, que poderiam permanecer mais tempo. Apontou-se a

ausência da infraestrutura de hospedagem e alimentação. Porém há um Conselho Municipal, e tem sido feito um levantamento sobre o tema em vários municípios acreanos. Identificou-se os segmentos de 1) turismo religioso (que atrai 5 mil pessoas em agosto); 2) turismo rural e ecológico; 3) turismo cultural (cultura e artesanato indígena); 4) Assis está no mapa do turismo nacional; 5) Existência do Centro de Atendimento ao Turista (CAT); 6) Existência de um projeto para instalação e reforma de um espaço para artesãos produzirem e comercializarem.

- Necessidade de melhoria das condições de descarte de resíduos sólidos na região de Brasileia e Eitaciolândia.



4) Reunião com Secretarias municipais de Brasileia

Data/Horário: 16/04/2025 / 07:30

Local: Gabinete na Prefeitura

Participantes: Lajúcia Limeira Cantuário (Gabinete), Verônica Chaves (rep. secretaria de planejamento municipal), Raiane Lima Alves (rep. secretaria de planejamento), Adanilza Bibiano (rep. secretaria de planejamento), Rômulo Santos Condim (representante secretaria de planejamento). Francimar Cavalcante e Maria Suzana Silva (SEPLAN), Jessica Ojana, Clarice Antoun e Maria Emília Oliveira (IBAM).

Pontos discutidos:

- Indígenas em contexto urbano: Presença do bairro indígena (28 de maio): a Funai atende no bairro, mas há problemas no dia a dia, que não conseguem atender, recorrendo à assistência do município. Há casos de construção de suas casas no aterro controlado em Brasileia, sendo retirados constantemente.

- Presença de duas facções criminosas influenciando indígenas e dinâmicas locais, inclusive nos abrigos, devido à alagação. Também há problemáticas no uso do espaço do abrigo devido a esses conflitos.
- Eventos de alagação mais extremos, a última atingiu 15 metros. Preocupação sobre necessidade de remanejamento x abandono da área central da cidade.
- Impactos no setor imobiliário por conta da presença de cerca de 8000 estudantes (entre Brasileia e Eptaciolândia) que estudam na universidade na Bolívia, mas se instalam na região com família, e não são contabilizados no Censo, o que aumenta a demanda por serviços públicos. Atualmente, não há dados precisos sobre esse contingente, mas é uma situação que precisa ser estudada
- Questão latente com relação à segurança. Criminalidade cotidiana, muitos roubos . A ponte entre Brasileia e Cobija é insegura a noite. Não há estrutura de fiscalização do lado brasileiro.
- •Comércio intenso com Cobija: possibilidade de uma zona franca de (livre) comércio, pois Cobija é zona franca, mas Brasileia não é.
- Veem os corredores logísticos como oportunidade e colocam a necessidade de incluir a população nos ganhos gerados.



5) Reunião com Secretarias municipais de Eptaciolândia

Data/Horário: 16/04/2025 / 09:30

Local: Prefeitura

Participantes: Sérgio M. Castro (Vice prefeito e secretário de saúde), Marinete Mesquita (secretária de planejamento), Rafael Araújo Lima, Lucas Barbosa, Talyne Fonseca Abreu , Vânia Pinheiro, Ana Maria Nery, Cristina do S. Meireles, Monica Araujo da Silva, Ediana Ferreira (Prefeitura de Eptaciolândia)

Pontos discutidos:

- Debate sobre ordenamento territorial e gestão ambiental: estão avaliando possibilidade de fazer plano diretor.

- Questões climáticas: um terço da população é afetada pela alagação. Relatos sobre secas severas no ano de 2024, sendo que na Bolívia as queimadas são permitidas.
- Debate sobre questões migratórias envolvendo venezuelanos com presença da OIM e Cáritas. Há Casa de passagem (abrigo) para estrangeiros, imigrantes. OIM e CARITAS. Bolivianos, venezuelanos, haitianos, etc.
- Estudantes na universidade de medicina na Bolívia, mas que moram no Brasil. As faculdades não oferecem suporte de alojamento e alimentação gerando demandas na saúde, impactos no mercado imobiliário e na questão da segurança. A realidade para moradia muitas vezes é vista como melhor no Brasil, pois tem SUS e Bolsa Família.
- Avaliação de acordos internacionais e apoio político para financiamento e aprovação dos projetos locais. Necessidade de estreitamento político, pois consideram o Brasil mais aberto, enquanto os bolivianos com mais barreiras com relação aos brasileiros.
- Há diferenças nas Leis de trânsito dos dois países, que dificulta a regulação do espaço urbano.
- Demanda por políticas mais assertivas em relação ao combate ao tráfico. Necessidade de ações mais integradas entre os países.
- Potencial do fluxo de comércio: o município tem a terceira menor arrecadação do Acre. Ou seja, o movimento gerado pela universidade e pela fronteira não beneficia a arrecadação local.
- Economia e produção agrícola: tem como principais produtos a soja, milho, suíno. Turismo: deficiências na infraestrutura de recepção do turismo. há alto fluxo de turistas, neste ano houve o 1º Festival internacional da Castanha. Querem aproveitar o retorno financeiro gerado. Há pontos turísticos registrados: Dr. Borracha, Associação Látex sem fronteiras, Parque Wilson Pinheiro com trilhas e arborização.
- O descarte dos resíduos sólidos é um problema grave pois ainda ocorre em lixão.



6) Conversa com CNS

Data/Horário: 16/04 13:30

Local: Encontro do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais em Brasileira

Participantes: Júlio Barbosa de Aquino (Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas) e Leide Aquino (Coordenadora do Fórum de Mulheres do alto Acre), Jessica Ojana, Clarice Antoun e Maria Emília Oliveira (IBAM).

Pontos discutidos:

• Rápida apresentação do projeto e Discussão sobre segurança e desafios frente ao narcotráfico na região de fronteira, cooptação dos indígenas. Foram convidados a participar da discussão da próxima fase do trabalho, onde ocorrerão as oficinas de planejamento territorial.

7) Reunião com Comissão Pró Indígena do Acre e SOS Amazônia

Data/Horário: 17/04/2025 / 09:00

Local: Sede da CPI

Participantes: Vera (coordenadora executiva CPI), Malu (agenda transfronteiriça CPI), Miguel (diretor SOS Amazônia), Jessica Ojana, Clarice Antoun e Maria Emília Coelho (IBAM e CPI).

Pontos discutidos:

- Explicaram sobre Grupo de Trabalho Transfronteiriço existente de Pucallpa e Cruzeiro do Sul/ Cooperação transfronteiriça entre indígenas do Acre e Peru.
- Iniciativas comunitárias sustentáveis (produção de polpa, cacau, castanha, borracha, objetos de madeira). Necessidade de fortalecimento de cadeias produtivas locais com enfoque especial na manteiga de Murumuru e SAFs (Sistemas Agroflorestais). Estratégias de fortalecimento da produção em escala e comercialização (ex.: Alexandria, parceria FARM). Projetos voltados à energia sustentável (energia solar, barcos solares) nas aldeias.
- Exemplos de produção: Cooperativa Ayõpare dos Ashaninka
- Discussões sobre subsídios para serviços ambientais e políticas de financiamento.



8) Reunião com Comitê Chico Mendes

Data/Horário: 17/04/2025 / 16:00

Local: Sede do Comitê

Participantes: Angela Mendes (Diretora), Vands Mille (Comitê Chico Mendes), Jessica Ojana, Clarice Antoun e Maria Emília Coelho (IBAM).

Pontos discutidos

- Relato sobre a história do Comitê e o atual estado de reorganização. Iniciativas voltadas ao fortalecimento das mulheres e juventude indígena. Programa Jovens do Futuro, que leva o legado de Chico Mendes e a consciência ambiental para escolas com noções como justiça climática.
- Preocupação com a legislação ambiental (PL 6024) e exploração mineral sem licenciamento.
- Levantamentos e efetivação de projetos pelo ICMBio e Open Society, relacionados à atividade seringueira.
- Relatos de Invasão das reservas com gado através da pecuária. Segurança rural e patrulhamento na RESEX Chico Mendes realizada por uma polícia comunitária chamada Patrulha Rural. É um arranjo de associações que realiza além da patrulha atividades de formação com alguns temas, como drogas.



Para complementar a visita algumas reuniões foram marcada remotamente. A seguir apresenta-se um breve relato dos principais pontos discutidos.

9) Reunião remota com representações indígenas APIWTXA e OPIRJ – 02/05

Participantes: Francisco Piyãko, Eliane APIWTXA (Org. Ashaninka do Rio Amônia) e OPIRJ (Org. povos indígenas Rio Juruá) Jessica Ojana, Maria Emilia Oliveira, Clarice Antoun e Henrique Barandier (IBAM)

Pontos debatidos:

- O movimento indígena do Acre tem um histórico de atuação, com participação ativa na Aliança dos Povos da Floresta na década de 80.
- Apontamentos de diferenças significativas entre as regiões do Alto Juruá (Resex Juruá) e do Alto Purus, onde estão o Vale do rio Acre e a Resex Chico Mendes.
- Está em discussão em andamento de um plano de segurança desses territórios. Luta de direitos com idas e vindas, existe um anseio para que o Estado chegue com políticas para o território. Hoje são os povos originários que fazem a segurança face à invasão madeireira e narcotráfico.
- A Comissão Transfronteiriça está ativa, com planos de reuniões recentes no Peru (comunidade Sawawo no Rio Amônia, Pucallpa e Lima) após encontros no Brasília em abril deste ano. Apontam a falta de conhecimento do governo federal sobre as questões locais, mesmo com documentos/ofícios com denúncias protocolados.
- A região enfrenta pressões de projetos de infraestrutura (estradas, agronegócio, garimpo, petróleo), mas o movimento indígena resiste, protegendo a área.
- A criminalidade organizada se aproveitou do abandono das fronteiras, como visto no Yanomami e no Javari. O movimento indígena da região busca "agendas positivas", focadas no que já está sendo feito, e não apenas em denúncias.
- É essencial que o Estado reconheça e apoie as iniciativas locais, como o contrato com o Fundo Amazônia, que financia proteção territorial, segurança alimentar e fortalecimento cultural.
- Estrada Cruzeiro do Sul-Pucallpa: Embora retirado do plano do Ministério da Integração, políticos locais ainda pressionam pela estrada, ignorando ações judiciais e resistência das comunidades. A integração deve priorizar a vida e a biodiversidade, não o crime organizado ou projetos predatórios.

10) Reunião remota com Universidade Federal do Acre (UFAC) - 26/05

Participantes: Margarida Carvalho (pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEG), Jessica Ojana, Clarice Antoun e Maria Emília Oliveira

Pontos debatidos:

- Margarida comentou a existência do Fórum de pró-reitores da regional norte, que inclui quatro universidades federais de estados menores da região norte, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá, onde identificam-se problemas de fronteira similares.
- Na UFAC estão criando o curso de mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial, lançando o primeiro edital de seleção. Engloba a questão fronteiriça transnacional.
- Proposta de Campus universitário de fronteira novo em Brasileia para pesquisa e pós-graduação.
- Questionamento a ausência do eixo temático de saúde, importante para os municípios de fronteira. Há um programa da universidade voltado para pesquisa de doenças endêmicas, que está produzindo um diagnóstico dos municípios de fronteira.
- Mencionou-se que na UFAC há um núcleo de inovação tecnológica que envolve o Sebrae e a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Há uma incubadora de empresas na universidade e querem criar uma agência de inovação. O objetivo é propiciar um ambiente de negócios. Há um trabalho da UFAC com *start-ups* voltadas para inovação social e tecnológica. Há trabalhos e pesquisas voltados para produtos florestais, citou especialmente uma professora com produtos medicinais, também envolvimento da Finep em projeto em Cruzeiro do Sul com impressora 3D.
- Mencionou o envolvimento da Suframa financiando projetos através da Motorola e da Samsung.
- Há um projeto pronto para um Parque Tecnológico, que inclusive se candidatou a um edital da Finep, mas não foi selecionado. Busca-se criar uma estrutura adequada para um ambiente de inovação. A Finep incentiva todos os estados.

11) Reunião Remota com IBAMA - 28/05

Participantes: Melissa Machado - Superintendente Acre + Equipe IBAM

Pontos debatidos:

- O IBAMA vem participando de discussões em comitês, inclusive transfronteiriços. Já tiveram reuniões em Guajará/Guayará, Brasileia, Epitaciolândia/Cobija e com o Comitê Brasil- Peru. Considera importante integrar esses grupos e agendas com o Núcleo Estadual que deverá ser criado no âmbito do projeto.
- A principal questão ambiental no Acre é o desmatamento, em especial no Vale do Juruá. O eixo da BR-364 é o que vem sendo mais desmatado, em especial para uso da pecuária de corte.
- Crime organizado associado ao crime ambiental: os criminosos se utilizam de planos de manejo do lado peruano para entrar pelo Acre. Também há lavagem de dinheiro do tráfico de drogas para grilagem de terras, que depois de desmatada é ocupada.
- No Acre, há 5 municípios prioritários do desmatamento: Rio Branco, Sena Madureira, Feijó Manoel Urbano e (???)

- No Alto Acre, o uso maior da terra é de soja/milho. Já são áreas consolidadas, de fazendas, áreas planas. O que tem ocorrido agora nesta região é a pulverização de agrotóxico com drone.
- A exploração madeireira, que está associada ao crime organizado, acontece mais também na região do Alto Juruá. No Alto Acre é mais pontual.
- Foram relatadas também situações de dragagem de areia na fronteira Assis Brasil/Iñapari e situações de caça e pesca predatória, tanto pela invasão de não indígenas em TIs, como dos próprios indígenas (ex: veneno do sapo, que é exportada para outras regiões - medicina genética irregular)
- O IBAMA conta com uma sede em Rio Branco e dois escritórios técnicos: um em Brasileia, que atualmente, por conta das últimas alagações, teve que ser transferido para Etitaciolândia. O outro fica em Cruzeiro do Sul
- Problema de ter poucos servidores/ os concursos não conseguem atender a demanda
- Possuem atualmente 4 brigadas de incêndio: Brasileia, Sena Madureira, Feijó e Cruzeiro do Sul, cada uma com 15 brigadistas. O período crítico é entre junho e novembro. A área mais crítica é Feijó, junto com Manoel Urbano. Realizam também atividades preventivas e de educação ambiental. Também há atuação em TIs.
- Informa que é interessante analisar as atas das reuniões dos Comitês de Fronteira, via MRE, cujas discussões casam com os eixos temáticos do trabalho

ANEXO 19 - Listas de presença

Lista de Presença

Oficina Territorial em: BRASILEIA Data: / /

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Lucas Artur Brasil Manchineri	Manxinerune Ptohi Phunputuru Poktshi Hajene MAPPHA	<i>Lucas Manchineri</i>
Erisson Cameli Santiago	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre - SEMA/AC	<i>Erisson</i>
Vanderlúcio Pereira Da Silva	Consulado do Brasil em Cobija	<i>Vanderlúcio</i>
Muana Da Costa Araújo	Repac	<i>Muana</i>
Idesio Luis Franke	Embrapa	<i>Idesio</i>
Amanda Da Costa Vasconcelos	SEASDH	<i>Amanda</i>
Tissia Veloso	FORUM EMPRESARIAL DO ACRE	<i>Tissia</i>
Roberto De Alcântara Tavares	Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas	<i>Roberto</i>
Julio Barbosa De Aquino	Conselho nacional das pipulacoes extrativistas	<i>Julio</i>
Emily Fernanda De Oliveira Leitão	ICMBio	<i>Emily</i>
Verônica De Freitas Chaves	Prefeitura Municipal de Brasiléia	<i>Verônica</i>
Raiane Lima Alves	Secretaria de Planejamento	<i>Raiane</i>
Rômulo Santos Gondim	Secretaria Municipal de Planejamento	<i>Rômulo</i>
Nevisson Tavares Freire	Prefeitura	<i>Nevisson</i>

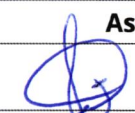
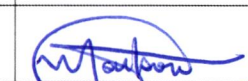
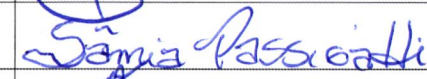
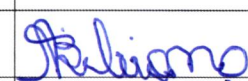
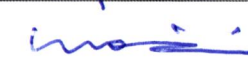
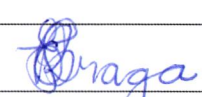
Lista de Presença

Oficina Territorial em: BRASILEIA Data: 22/09/2025

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Helen Sabrina Araújo Bezerra	Prefeitura de Brasileira	
Karianny Uchôa De Souza	ICMBio - NGI Chico Mendes	<i>Karianny Uchôa de Souza</i>
Edilza Da Silva Araujo Furlanetto	Prefeitura de Assis Brasil	
Weltony Da Silva Brito	ICMBio	
Sebastião Bocalom Rodrigues	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO	
Jarlan Nascimento Xavier	ICMBio	
Marcos Vinicius Rodrigues Sant'ana	Secretaria de Agricultura SEAGRI	<i>[Signature]</i>
Lívia Chiavegatti	ICMBio	<i>Livia C.</i>
Gabriele Wanderley Ferreira	ICMBio	<i>Gabriele W. Ferreira</i>
Roberto De Alcantara Tavares	SEPI AC	
Antonio Laézio Silva Rodrigues	Secretaria da Fazenda municipal, Tributos e Cadastro.	
Laiane Gomes De Oliveira	ICMBio	<i>Laiane Gomes de Oliveira</i>
Quedenei Barreto Correia	secretaria de Planejamento	
Rogério Da Silva Junior	CFPE-EVA Funai	<i>Rogério Silva</i>

Lista de Presença

Oficina Territorial em: BRASILEIA Data: / /

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Francimar Do Nascimento Cavalcante	SEPLAN/AC	
Maria Suzana Abreu Da Silva	Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN	
Maria Suzana Abreu Da Silva	SEPLAN	
Marcus Vinicius Boni	Coordenação da Frente de Proteção Etnoambiental Envira/FUNAI	
Sâmia Valéria Passigatti Fonseca	Sebrae	
Thaian Marcus Pereira Dos Santos	Comando de Fronteira Acre/ 4º BIS - Exército	
Atahualpa Batista Ribera	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP)	
Sebastião Sibá Machado Oliveira	SUDAM	
Adanilza Goreth Silva Bibiano De Carvalho	Prefeitura Municipal de Brasiléia	
Wagner De Jesus Gallo	Funai	
Cleudo Dos Santos Maciel	Sejusp Acre	
Jaira Da Silva	Coopegrãos	
<i>Edilane da Silva Braga</i>	<i>OPM - Brasileira</i>	
<i>Erodilze da S. Souza</i>	<i>Analista / DINT/SEJUSP</i>	

Execução:



Realização:



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



Lista de Presença

Oficina Territorial em: Brasília

Data: ___/___/___

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
André da S. Ribeiro	Repac		
Alton Oliveira	Sec. Comunicação ^{RBR}		
Comandante Junc	tenente / 5º BPM / PMDF		
Marcos Rocha	chefe DIAPF / SEABRI		
Deborah Rocha	SEMSA / Brasília		
Prof. Maria Lúcia	geral GABRI		
maicon Douglas	Auxiliar de administração		
Guilherme Moreira	Secretaria		
Maria Luiza P. Ochoa	CPI - ACRC		
Cláudio F. Abac	SCPI - ACRC		
Raíane Lima Alves	Seplan / Brasília		
Jose Cleiton Silva Silva	SEJUSP / GEFRON		
Daniela Souza	Compras		
Imor Imoral	Prefeitura Brasileira		

Assinatura
Assinatura de João Brasileiro

Lista de Presença

Oficina Territorial em:

Brasília

Data: __/__/__

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Jairine J. Bordeire	Prefeitura		
ASSIS MARTINS SANTOS	COORDENADOR SEJUSP/GEFRON		
Prof. Plácido Brasil Costa	SEJUSP/GEFRON		
Raulo Gomes das S. Ferreira	SEJUSP/GEFRON		
Dalene OLIVEIRA Da Costa	gerencio de esporte		
Maikeline Souza D. Selvo	Gerencio de Esport		
Sidnei Rodrigues Zêzê	Agente Ambiental		
Francinila Bezerra	STTR presidente		
Luane R. Chaves Nogueira	Secretaria Meio Ambiente		
JORGE SAALY FILHO	SUPERVISOR		
Ana Kelly Monteiro Nogueira	SEMA (Sec. Municipal de Agricultura)		
Jayne Castro Gurgel	Secom (Brasileira)		
De/Heide da Silva	Gerente Administrativo		
Sely Guemari	Sec. Ass. Social		
Isolda de Araújo Cruz	gruente Adm-pessoas		

Execução:

Realização:

Lista de Presença

Oficina Territorial em:

Brasília

Data: ____/____/____

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Miriam Paiva	ANALISTA - SEBCAE		
GILBERTO Socoloski	CONSILAR - SEBMA		
Marilice Malhi	Gabinete XMAC		
William F. Rodrigues	Director - AMAC		
Atahualpa	Director / SEJUSP		
Ellyana, Fernando	Assessoria / SEJUSP		
Heliprosperidade	Assessor / SEJUSP		
Rodolfo Araújo / J. F. C. Indigenismo / FUNAI			

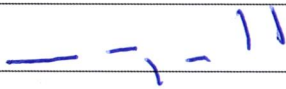
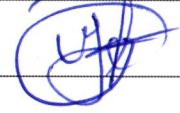
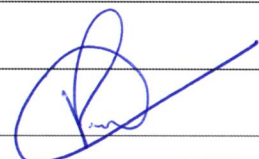
Lista de Presença

Oficina Territorial em: CRUZEIRO DO SUL Data: 25 / 09 / 25

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
Eliane Fernandes Ferreira	Instituto Yorenka Tasorentsi	
Francisco Naudino Ribeiro Souza	Prefeitura Municipal de Jordão	
✓ Muana Da Costa Araújo	Repac	
Amanda Da Costa Vasconcelos (N)	SEASDH	
Roberto De Alcantara Tavares ✓	Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas	
OPIRJ-Organização Dos Povos Indigenas Do Rio Juruá	Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	
Edna Luíza Alves Yawanawa	Funai Juruá	
Orleir Moreira Da Cunha	ASAREAJ	
Thiago Borges Lied	Funai	
Sebastião Bocalom Rodrigues	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO	
Roberto De Alcantara Tavares	SEPI -AC	
Eliane Luiza/ Luiz Valdenir	Organização dos Povos indigenas do Rio juruá - OPIRJ	
Rogério Da Silva Junior	CFPE-EVA Funai	
✓ Francimar Do Nascimento Cavalcante	SEPLAN/AC	

Lista de Presença

Oficina Territorial em: _____ CRUZEIRO DO SUL _ Data: ____/____/____

Nome	Cargo/Instituição	Assinatura
✓ Wagner De Jesus Gallo	Funai	
✓ Maria Suzana Abreu Da Silva	Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN	
Alex Da Silva Peçanha	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO DE CRUZEIRO DO SUL (DTCEA-CZ)	
Valdélío José Do Nascimento Furtado	Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo	
✗ Maria Suzana Abreu Da Silva	SEPLAN	
✓ Marcus Vinicius Boni	Coordenação da frente de proteção etnoambiental envira/Funai	
Francisco Naudino Ribeiro Souza	PREFEITURA DE JORDÃO ACRE	
Antônio Daniel Dos Santos Souza	ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO	
✓ Atahualpa Batista Ribera	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP)	
✓ Cleudo Dos Santos Maciel	Sejusp	
NAYLSON SOUSA PINHEIRO	CHEFE DA SEÇÃO DE OPERAÇÕES DO CFRON JURUA' 161º BIS.	
Maria Juante Lep	Secretaria de assistência social Jordão	

Lista de Presença

Oficina Territorial em:

CZS - AC

Data: __/__/__

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
DANIEL DOS SANTOS SOUZA	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO ^{JORDÃO - ACCE}		
AILTON DOS SANTOS FERNANDES	JORDÃO MOTORISTA		
Luiz F. F. F. F.	Coordenador Setor		
Luiz Valdemir	Membro Diretoria op		
Frederico da Silva Castro	Intendente / TCEB		
ANDRÉ FIZIO	COMUNICAÇÃO		
Luiz A. B. Costa	Secult		
Roberto F. M.	SEPT		
Antônio Paulo Siqueira	Sec. de relações Institucionais		
M ^{re} Lucio S. de M. Sampaio	SEMAS C		
Valério Ribeiro de Souza	SECULT / CZS		
Wesley Tarcus Monteiro	DTCEACZ		
Marcos dos Reis	Secretário de Gabinete		
Edna Yawana Wai	Coord. Fumai		

Execução:



Realização:



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



Lista de Presença

Oficina Territorial em: CRZ AC

Data: / /

Nome	Cargo/Instituição	Telefone	E-mail
Francisco Barbosa Neto	Fuma		
Antônio Luiz R. Gonçalves	OPIRJ		
Salvador de A. D. D. D. D.	M. S. P. P.		
José S. S. S. S. S.	REPAC		
Jardene Soares	Secretaria		
M ^a J. J. J. J. J.	Chefe Gestão Cultural		
DAVIELLI JATONA	Assessoria OANT		
W ^{tor} MAMINHO DE SOUZA	ANLTA		
Denize Moura de Faria	Semtrans		
Luciano Nogueira da Cota	SEMTANS		
Francisco Manoel F. Viana	PREF. MANOEL LIMA		
TEGA HOROKOSKI	CONSERVAÇÃO INT. BRASIL		

Execução:



Realização:



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



ANEXO 20 – Apresentação IBAM



PROGRAMA
FRONTEIRA
INTEGRADA



Fronteiras da Amazônia

**Arco Norte
e Rondônia**

Oficinas de planejamento territorial

ACRE

Execução:

ibom

Realização:



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Apresentação

Escopo do trabalho

Elaboração dos Diagnósticos e **Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira– PDIFF** e apoio à **estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira do Arco Norte e Rondônia**

Execução:



Realização:



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



Elaboração de **Diagnósticos sobre a situação de Fronteira** do Arco Norte e Rondônia

Mapeamento de atores de relevância no tema das fronteiras amazônicas

Realização de **Oficinas de Planejamento Territorial** nos 6 estados

FASE ATUAL

Elaboração dos **Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – PDIFFs**

Apoio à **estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira** do Arco Norte e Rondônia.

Atualizações gerais



fronteirasamazonia.ibam.org.br

Acesse pelo QR Code



O Projeto

A ação engloba 6 estados (AC, AM, AP, PA, RO, RR) e 97 municípios total ou parcialmente localizados na Faixa de Fronteira, que abrange a extensão de 150km ao longo de toda a fronteira terrestre brasileira, destacando-se a existência de 9 cidades-gêmeas nessa região.

O processo de elaboração dos PDIFs contribuirá para o avanço na implementação das agendas integradas de desenvolvimento regional com foco em sustentabilidade, inovação e na cooperação com os países vizinhos em setores estratégicos como Bioeconomia, TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e Economia Circular (energias renováveis, gestão de resíduos e recursos hídricos).

Os PDIFs serão elaborados com participação de órgãos federais, estados, municípios, empresas e organizações da sociedade civil e deverão indicar propostas prioritárias de ação nos seguintes temas:



Visita técnica realizada

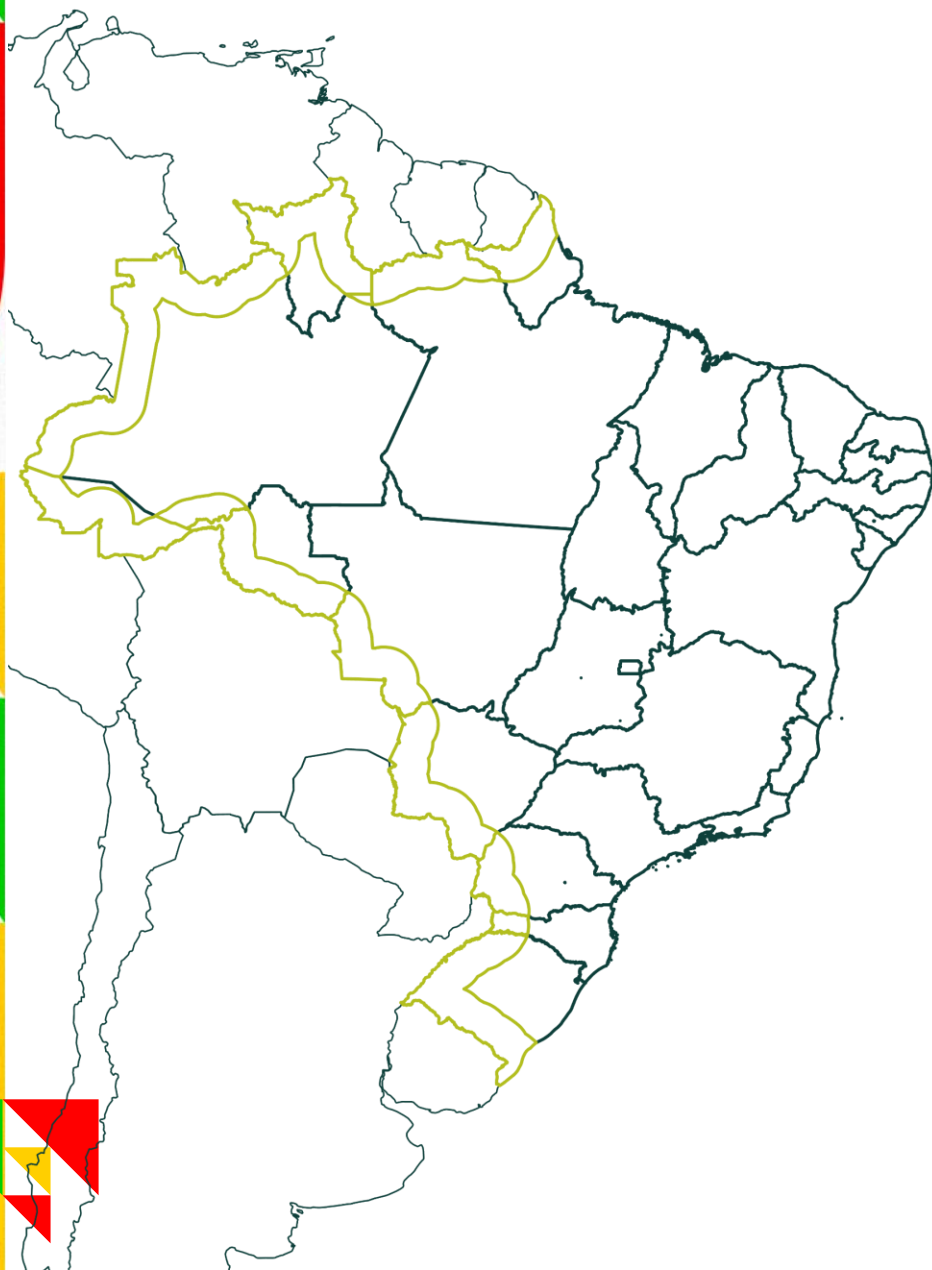
Acre

Cidades visitadas: **Rio Branco, Assis Brasil, Brasileia e Epitaciolândia.**

Período da visita: **14 a 17 de abril de 2025**



Faixa de Fronteira brasileira



150 km de largura da Faixa de Fronteira terrestre

15.719 km de extensão

11 estados fronteiriços

588 municípios fronteiriços

11,7 milhões de hab. Nos municípios de fronteira

Marco Legal

- Criação da Faixa de Fronteira (Lei 6.634/1979) e Regulamentação (Decreto 85.064/1980)
- Ao longo das últimas décadas, uma série de programas e projetos relacionados às fronteiras
- **Em 2024, foi instituída a Política Nacional de Fronteira (PNFron), pelo decreto 12.038/2024.**
- Instrumento da PNFron em elaboração: **Estratégia Nacional de Fronteiras (EnaFron)**

Marco Legal

A PN Fron está organizada em 4 eixos interdependentes:

- **Eixo 1: Segurança**
- **Eixo 2: Integração regional**
- **Eixo 3: Desenvolvimento Sustentável**
- **Eixo 4: Direitos humanos, cidadania e proteção social**

→ **Ligado ao Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional**

Faixa de Fronteira

Projeto Fronteiras da Amazônia

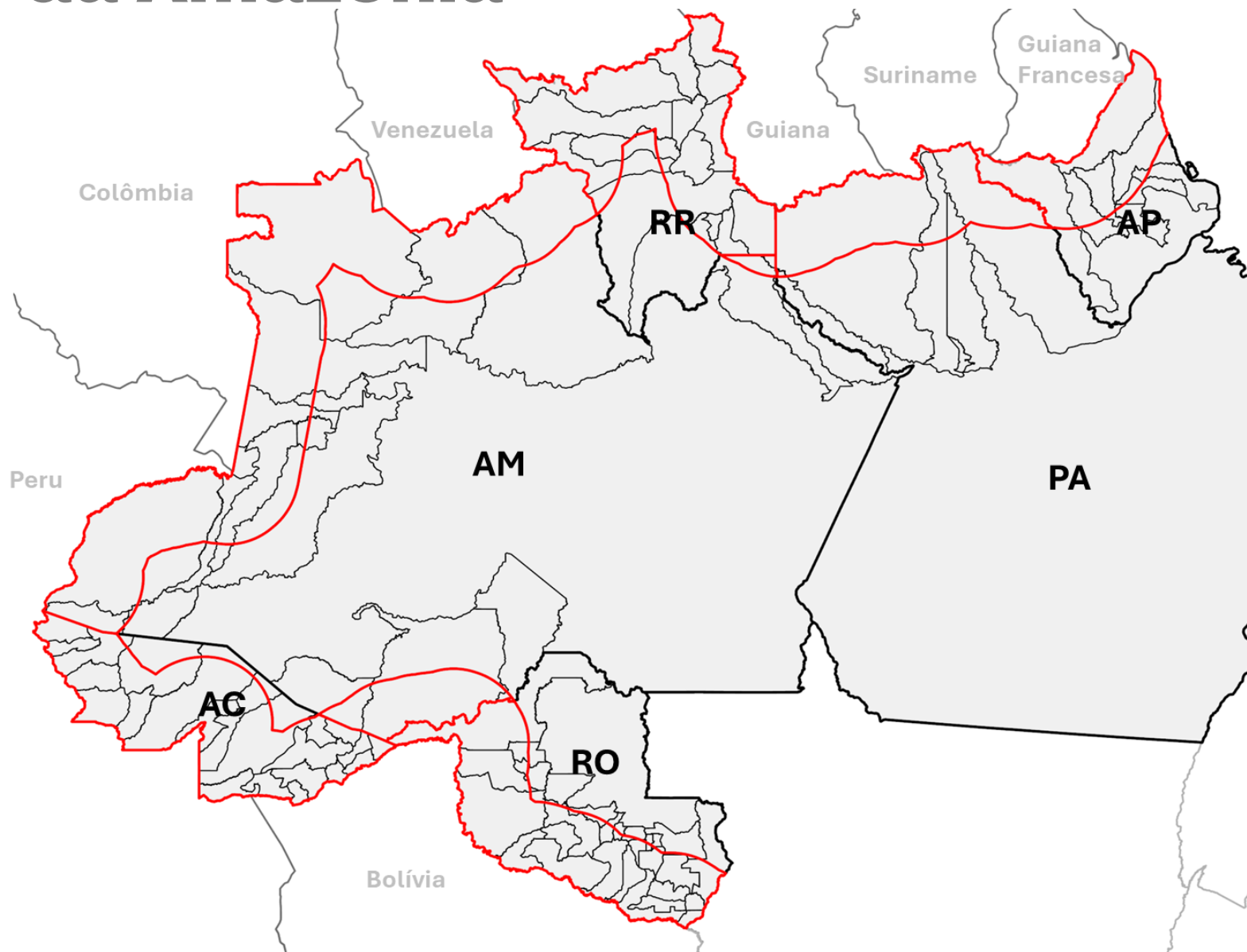
6 estados

(AC, AM, AP, PA, RO, RR)

97 municípios

3.277.578
habitantes

nos municípios
fronteiriços



Faixa de Fronteira

Projeto Fronteiras da Amazônia

97 Municípios com diferentes níveis de interação com a fronteira.

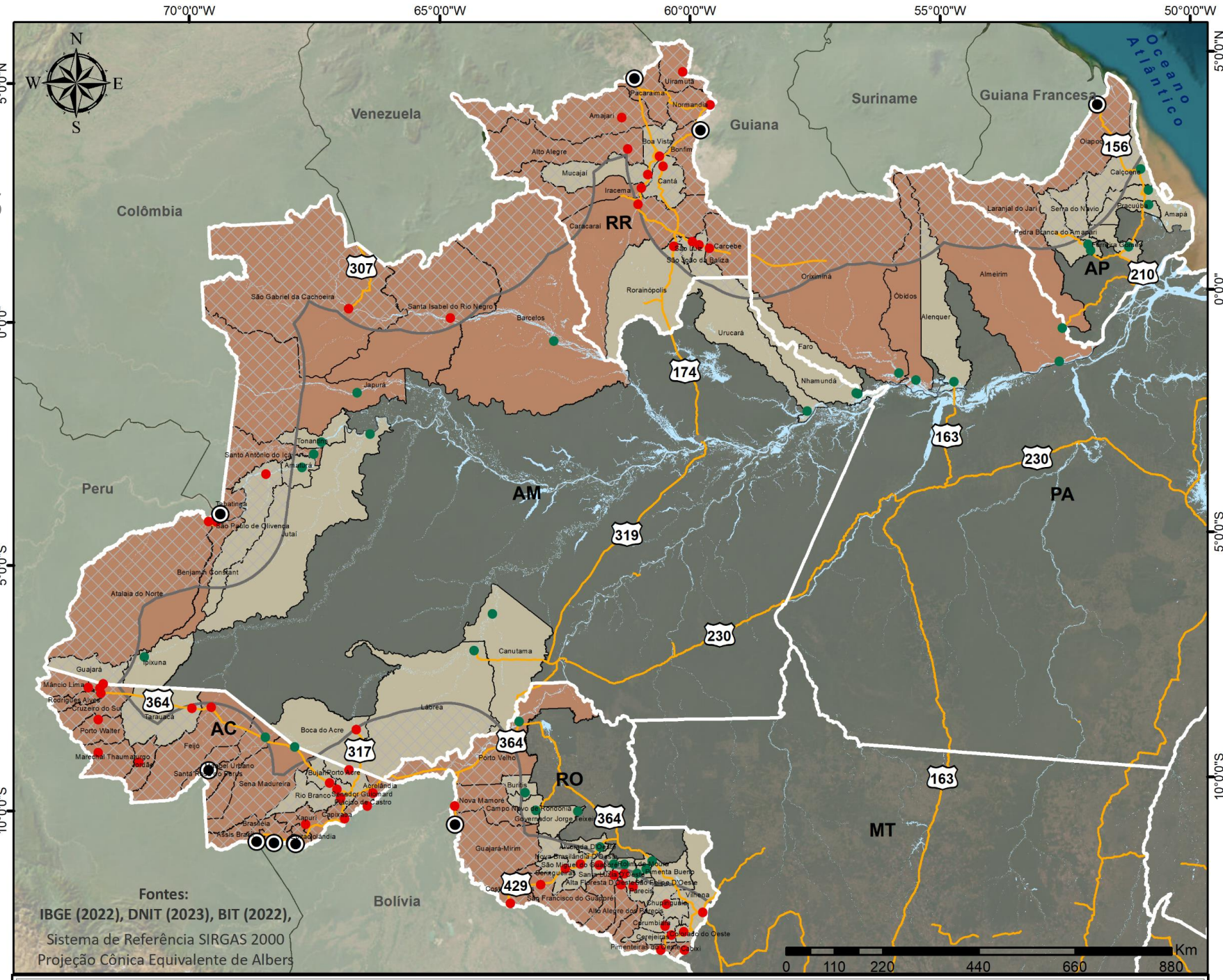
 Municípios lindeiros (48)

 Municípios não-lindeiros (49)

 Municípios com sede na linha ou dentro da faixa de fronteira (62)

 Municípios com sede fora da faixa de fronteira (35)

 Cidades gêmeas (9)



Caracterização geral

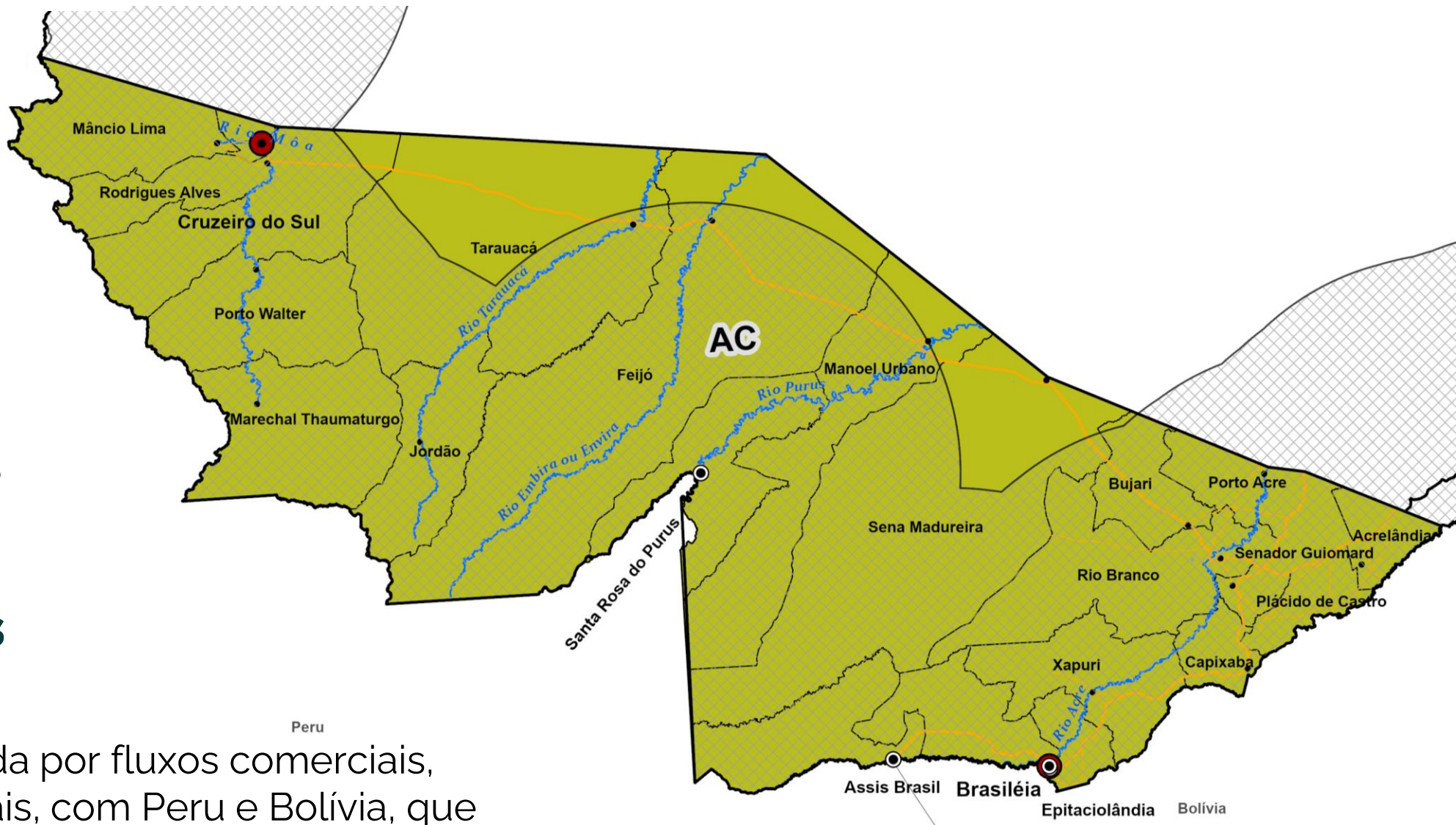
Todos os municípios do Acre estão na Faixa de Fronteira



Pop. Municípios de Fronteira do Acre

830.018
habitantes

Relação marcada por fluxos comerciais, culturais e sociais, com Peru e Bolívia, que reforçam a integração entre os três países.



Caracterização geral

4 cidades-gêmea na Faixa de Fronteira do Estado: Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia e Santa Rosa do Purus.

Plácido de Castro, apesar de não conformar cidade gêmea, **tem sede na linha da de fronteira.**

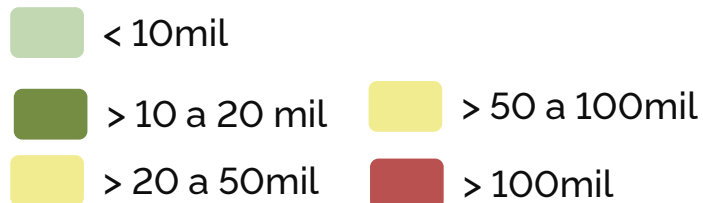
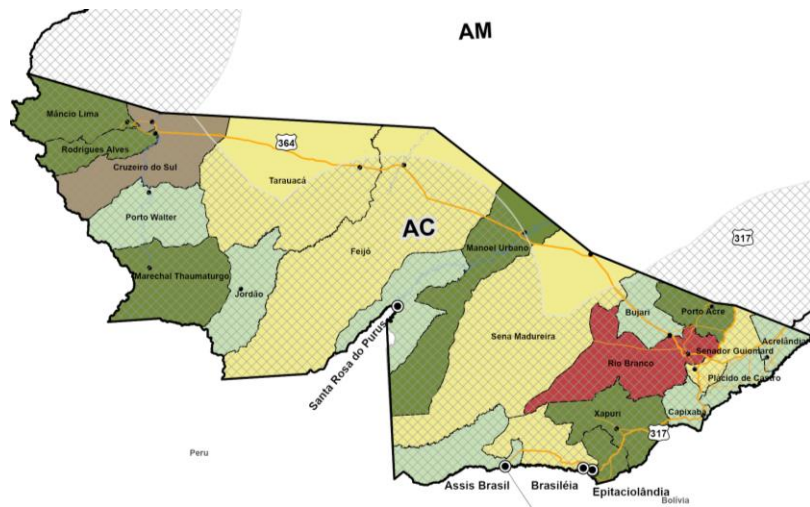
Brasiléia e Epitaciolândia integram o **Arranjo Populacional (AP) Cobija/Bolívia-Brasiléia/Brasil**, refletindo o caráter transfronteiriço e o papel de Cobija como um polo econômico e comercial de influência sub-regional.



Perfil Demográfico

População 2022

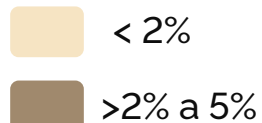
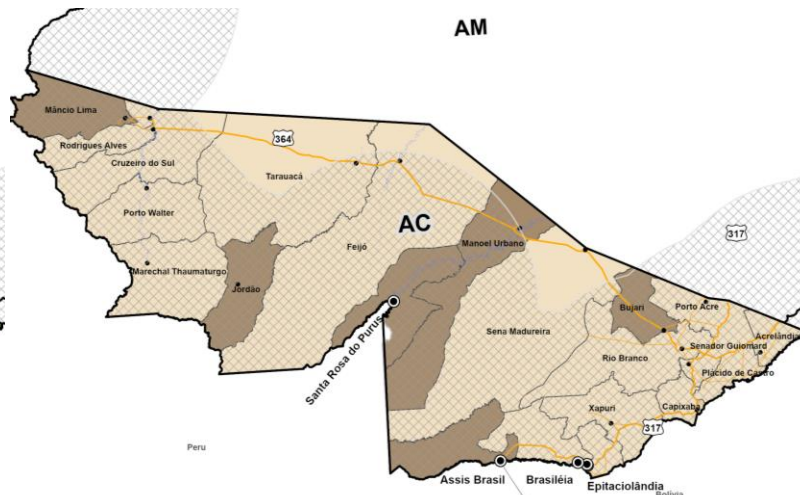
Fonte: Censo IBGE, 2022



Rio Branco e Cruzeiro do Sul são as maiores cidades. Demais municípios com menos de 50mil habitantes.

Taxa de crescimento anual 2010-2022

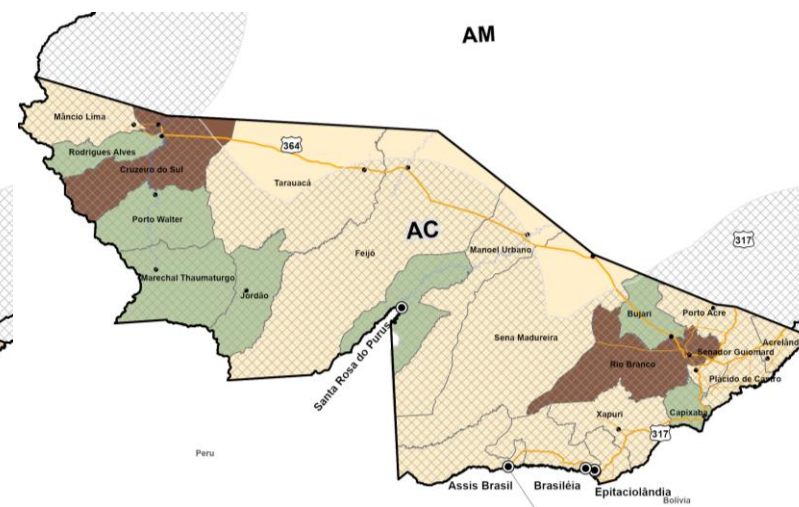
Fonte: Censo IBGE, 2010-2022



Santa Rosa do Purus, Assis Brasil, Manuel Urbano, Bujari, Jordão e Mâncio Lima - cidades que apresentaram maior taxa de crescimento na última década

Grau de Urbanização 2022

Fonte: Censo IBGE, 2022



Rio Branco e Cruzeiro do Sul são os municípios com maior população urbana

Análise por Eixos Temáticos



Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Com grande extensão, a faixa de fronteira amazônica abriga uma diversidade de usos, desde áreas protegidas destinadas à conservação ambiental até territórios pressionados por atividades ilegais e expansão urbana desordenada. Compreender as dinâmicas de acesso, uso e gestão da terra é essencial para a formulação e implementação de políticas públicas.



Infraestrutura para o Desenvolvimento

O planejamento e os investimentos em infraestruturas devem ser conduzidos de forma criteriosa, de modo a garantir os direitos das comunidades locais e sem comprometer a sociobiodiversidade. A Floresta em pé é um ativo local para o desenvolvimento da região amazônica.



Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre o crescimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social. O fomento às atividades produtivas sustentáveis, em especial a bioeconomia, surge como caminho para garantir que o aproveitamento dos recursos naturais ocorra de forma responsável e regenerativa.



Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

A proteção de Povos e Comunidades Tradicionais, reconhecidos por suas formas de organização social e cultural relacionadas aos seus vínculos com o território e com a natureza, constitui dimensão essencial para qualquer projeto comprometido com o desenvolvimento sustentável na Amazônia.



Integração Regional, Migrações e Segurança

Interações entre países fronteiriços ao mesmo tempo que facilitam os fluxos comerciais, políticos e culturais, envolvem o gerenciamento das migrações e questões de segurança. A análise das dinâmicas migratórias e dos contextos de violência e criminalidade é fundamental para compreender os desafios e oportunidades para a integração regional no contexto da fronteira amazônica.

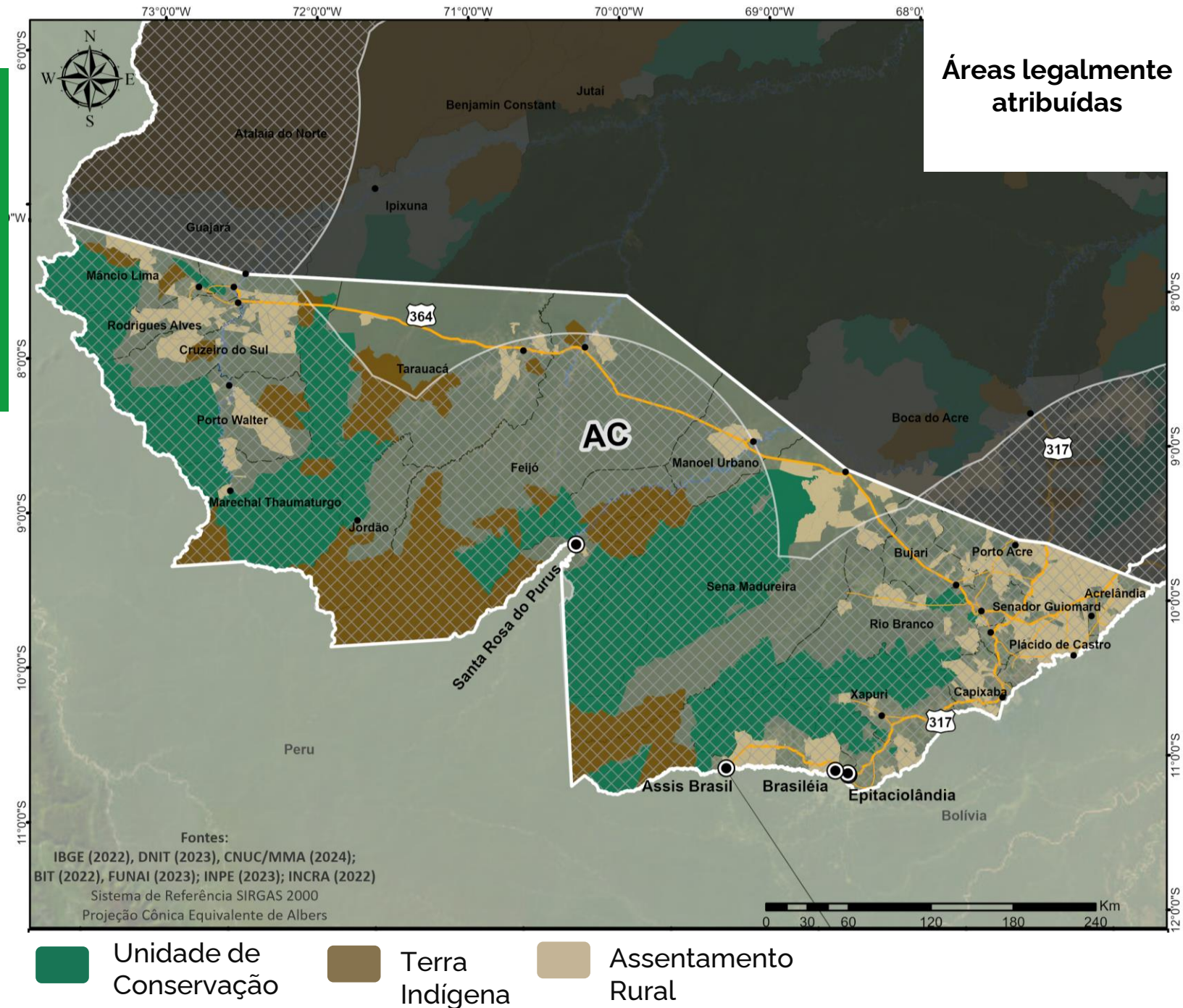


Eixo temático 1:

Ordenamento territorial,
regularização fundiária e
gestão ambiental e
climática

Áreas protegidas recobrem
juntos quase a metade da
faixa de fronteira do Estado,
em especial

UC's (31,9%) e **TI's
(16,2%)**, especialmente
mais próximo da linha de
Fronteira





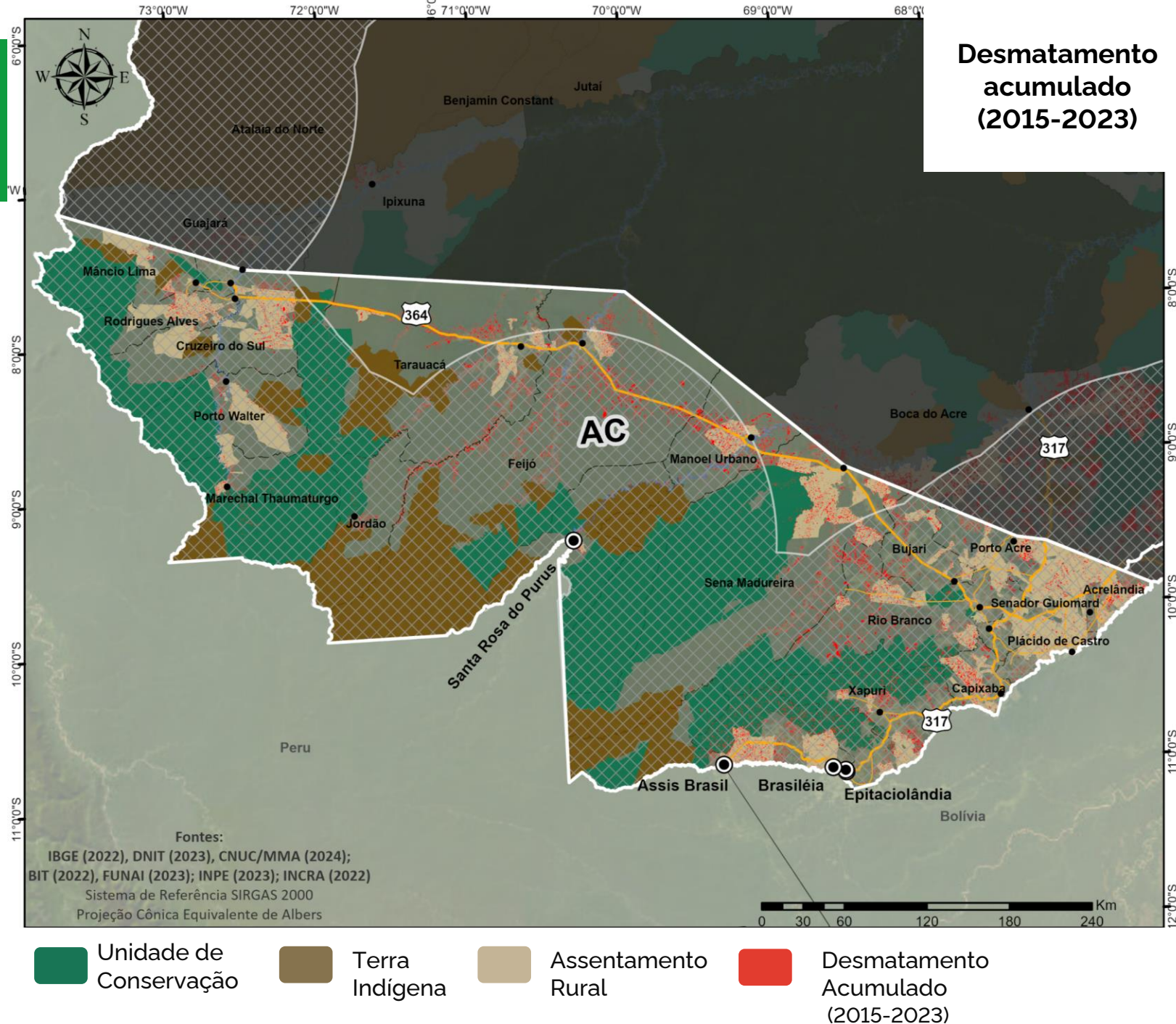
Eixo temático 1:

Ordenamento territorial,
regularização fundiária e gestão
ambiental e climática

**Aumento do
desmatamento (30%), na
contramão dos demais
estados amazônicos** que
apresentaram queda em
2024

**Municípios de Feijó, Sena
Madureira e Rio Branco
destacam-se como áreas
críticas**, e refletem a
convergência de pressões
sobre áreas privadas,
ausência de regularização
fundiária e expansão
agrícola ao longo dos
principais eixos viários

**Desmatamento
acumulado
(2015-2023)**





Eixo temático 1:

Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental e climática

Mudanças climáticas têm provocado **transformações nos ciclos naturais, como os períodos de cheia e vazante dos rios.**

Municípios apresentam **riscos climáticos principalmente associados a alagações, secas e deslizamentos** (ex: Brasileia, Tarauacá, Epitaciolândia, Feijó, Sena Madureira e Xapuri)

Principal fonte de emissões de gases de efeito estufa é do **setor de "mudança de uso da terra e florestas"**. **Plácido de Castro e Senador Guomard se destacam por apresentar os maiores valores de emissão de GEE.**



Foto: Marcos Vicentti/Secom



Foto: Agência de Notícias do Acre

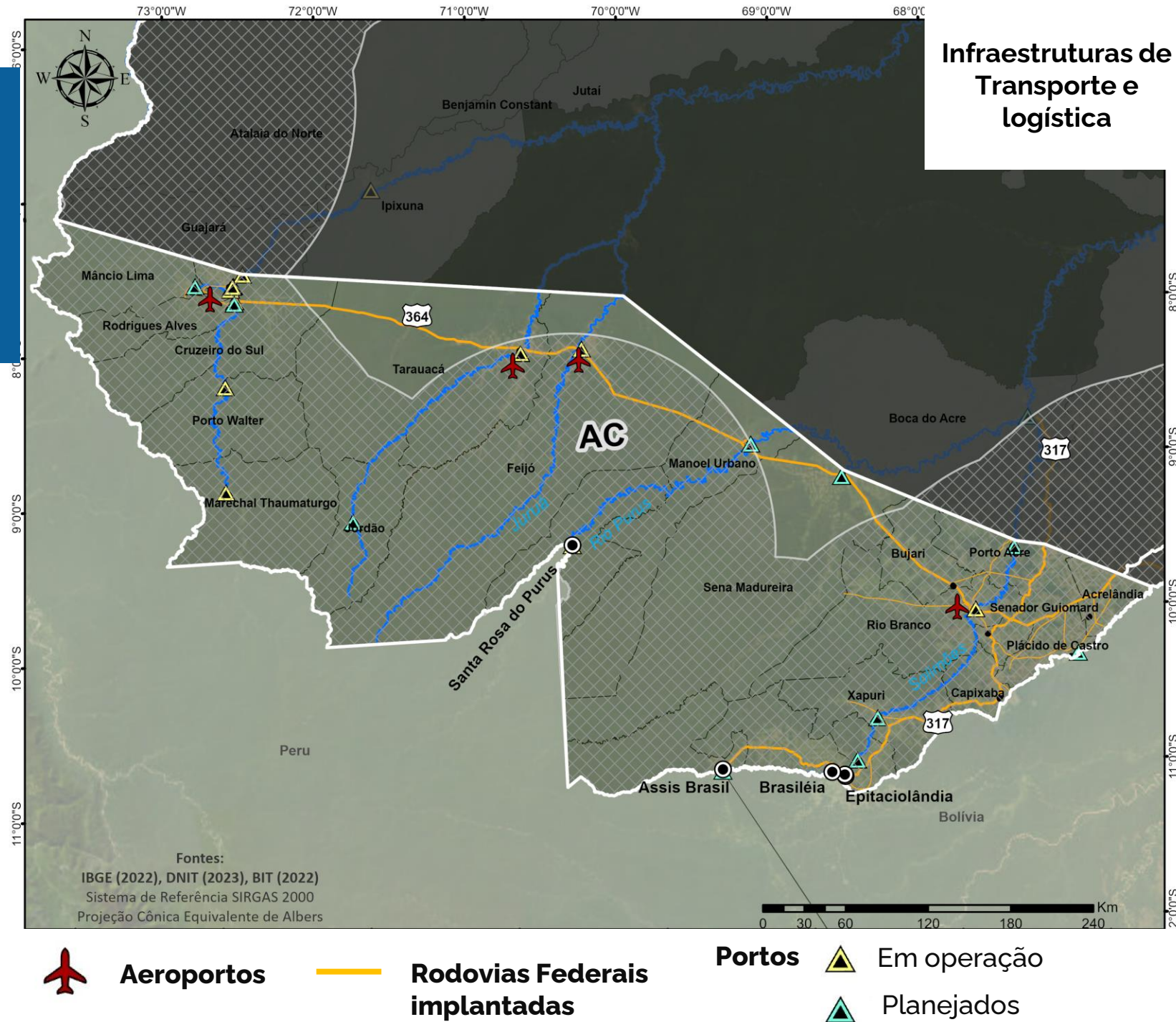


Eixo temático 2:

Infraestrutura para o Desenvolvimento

Rodovias federais - BR-317 e BR-364 - são rodovias fundamentais para a **conectividade regional** e necessitam de **maior manutenção**. Ao mesmo tempo, **têm atuado como vetores de ocupação desordenada e degradação ambiental** em áreas sensíveis.

Infraestruturas de Transporte e logística





Eixo temático 2:

Infraestrutura para o Desenvolvimento

ROTA 3

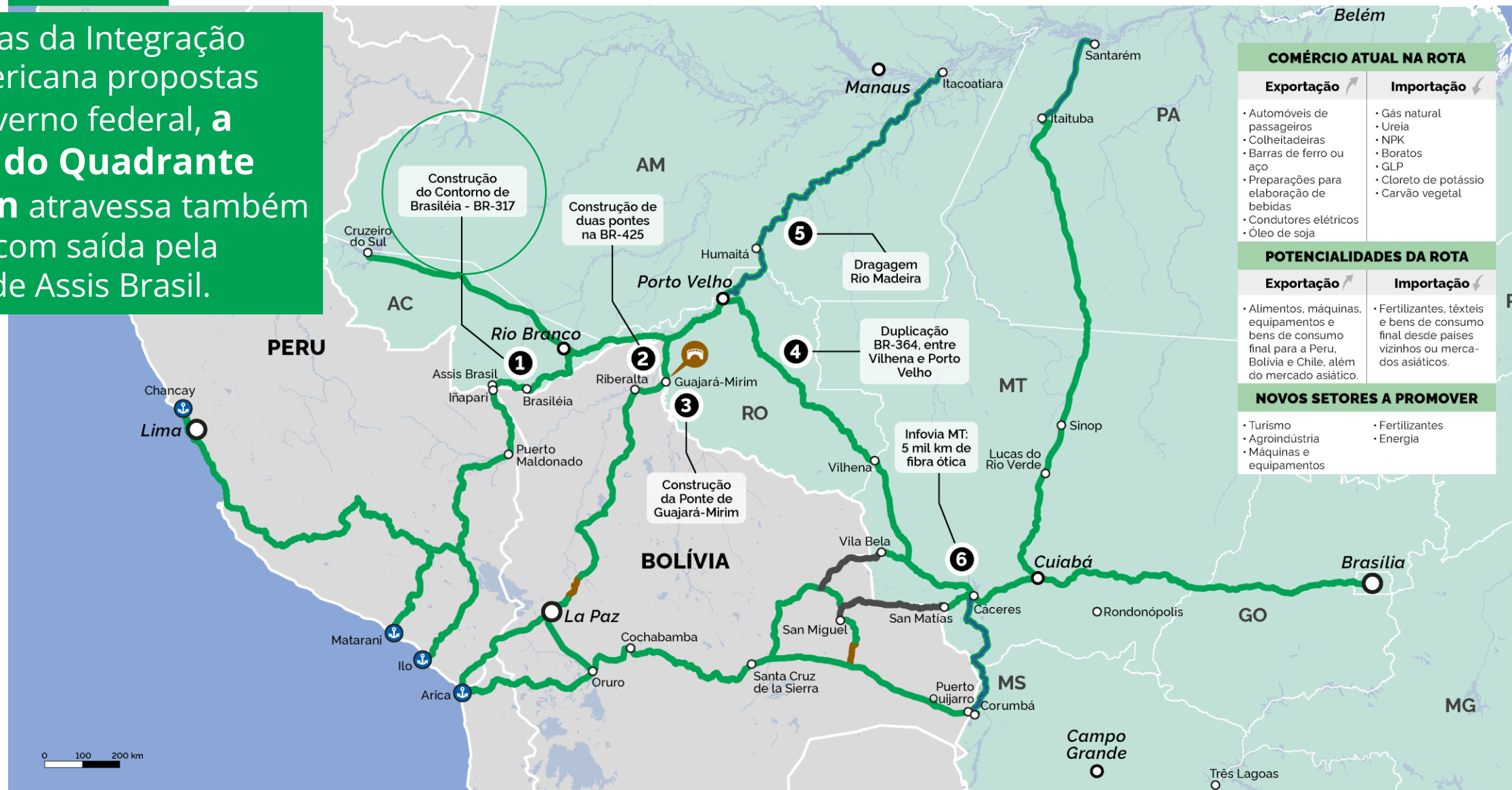
Quadrante Rondon

Previsão de conclusão em 2025-27 | Brasil

O Programa Projeto Rotas de Integração Sul-americana, vinculado ao MPO, tem como objetivo promover a integração logística entre os países da América do Sul, facilitar o comércio e reduzir tempo e custo do transporte de mercadorias entre o Brasil e seus vizinhos e a Ásia.



Das Rotas da Integração Sul-Americana propostas pelo governo federal, a **Rota 3 do Quadrante Rondon** atravessa também o Acre, com saída pela cidade de Assis Brasil.





Eixo temático 2:

Infraestrutura para o Desenvolvimento

Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA 2024-2027)

Aprovado pela Resolução CONDEL/SUDAM nº 106, de 4 de agosto de 2023, o PRDA foi elaborado nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Complementar nº 124/2007. Com vigência de 2024 a 2027, o PRDA abrange 06 Eixos, 11 Programas e 79 Ações Estratégicas

Exemplos de Projeto

Estímulo à vocação produtiva e à capacitação dos trabalhadores (as) rurais: ATER Móvel na Inclusão, Formação e Sustentabilidade

Desenvolvimento Produtivo Territorial Sustentável: Cacau Socioambiental - Produção Familiar, Vale do Juruá e Tarauacá CACAUSS (Silvestre & Seminal).

Recuperação da Produção Aquícola do Estado do Acre

Produção 4.0: Implantação de Energia Limpa e Renovável na Produção Leiteira

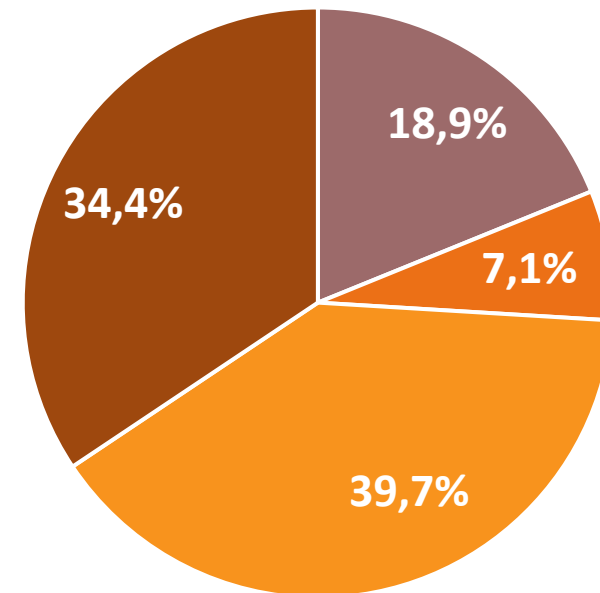
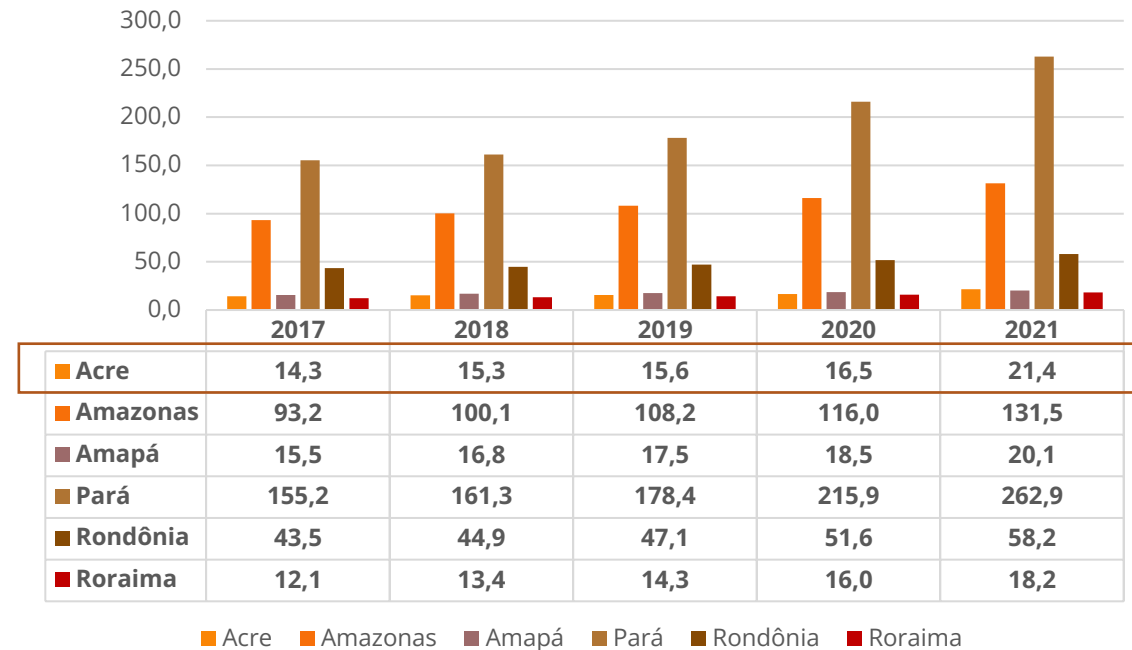
Revisão, Atualização e Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Acre



Eixo temático 3:

Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

- A economia do Acre atingiu um PIB de R\$ 21,4 bilhões em 2021, com valores próximos ao Amapá e Roraima.
- O **setor de serviços tem uma contribuição relevante** (74,0%), em especial os serviços de administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social. No entanto, **destaca-se também a agropecuária que se mostra relevante** (18,9%).



Valor adicionado bruto da Agropecuária, a preços correntes (R\$ 1.000) ACRE

- % VA AGROPECUÁRIA
- % VA INDÚSTRIA
- % VA SERVIÇOS EXCETO ADM PUB
- % VA ADM PUB



Eixo temático 3:

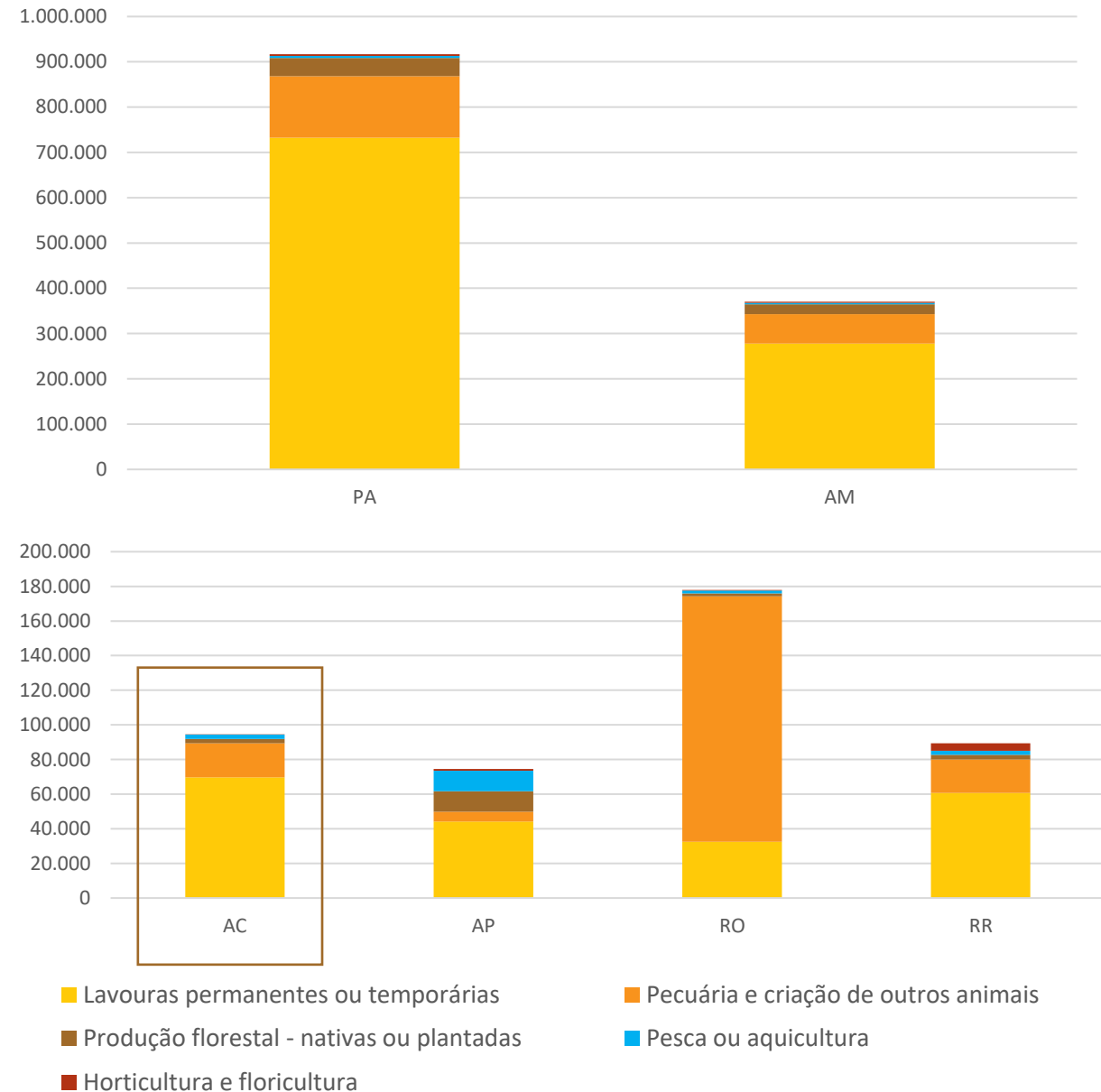
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

Com exceção de Rio Branco, os municípios do Acre **apresentam mais de 80% sob condição de agricultura familiar** (CensoAgro, 2017)

Acre lidera o valor da produção de Castanhas-do-Brasil e da produção de borracha hevea (látex) na região. **Xapuri lidera o VP da castanha**, enquanto **Feijó é o terceiro no VP do açaí**, em relação a todos municípios da faixa de fronteira dos estados analisados.

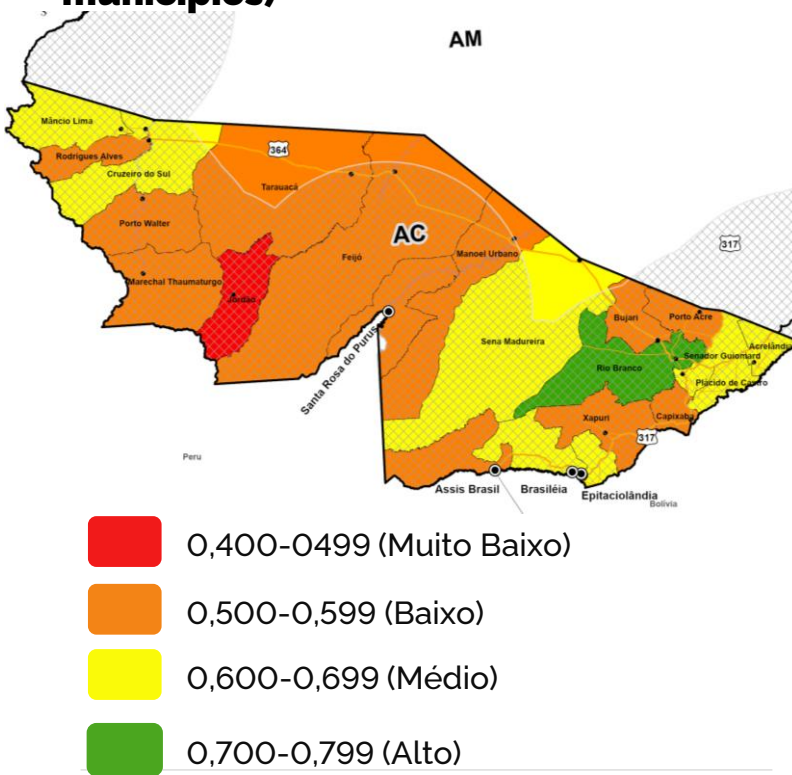
Cadeias produtivas identificadas: **castanha, borracha, frutas, palmito, óleo de murumuru**. Também 1 **APL de avicultura** em Brasileia/Epitaciolândia.

Valor da Produção das atividades agropecuárias (em mil reais)



IDHM

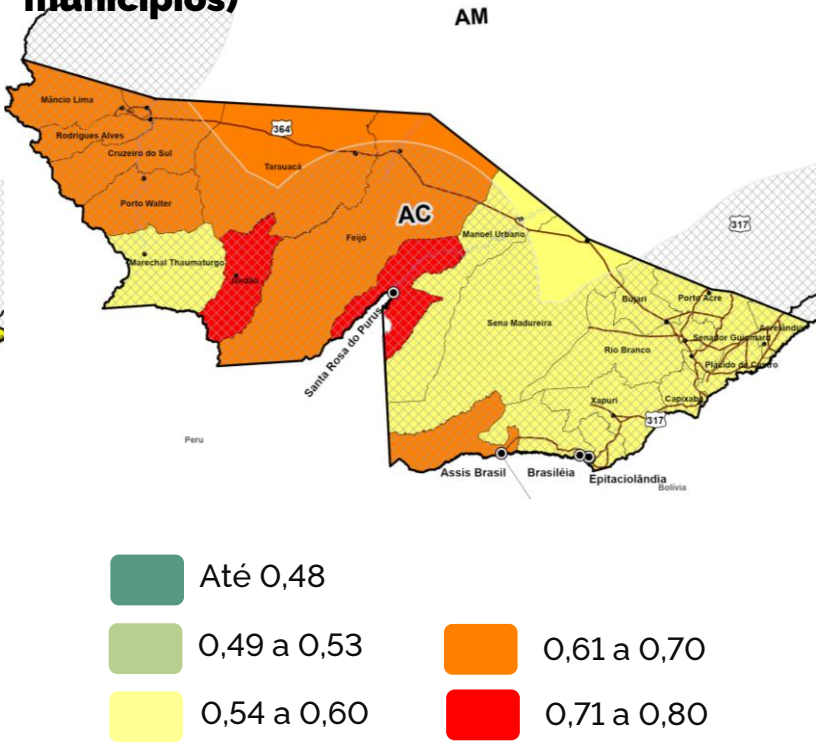
2010 (último dado disponível p/ municípios)



Pelos últimos dados do IBGE, Rio Branco aparece única cidade com **IDHM alto**. Jordão classificado com IDHM muito baixo.

Índice de GINI

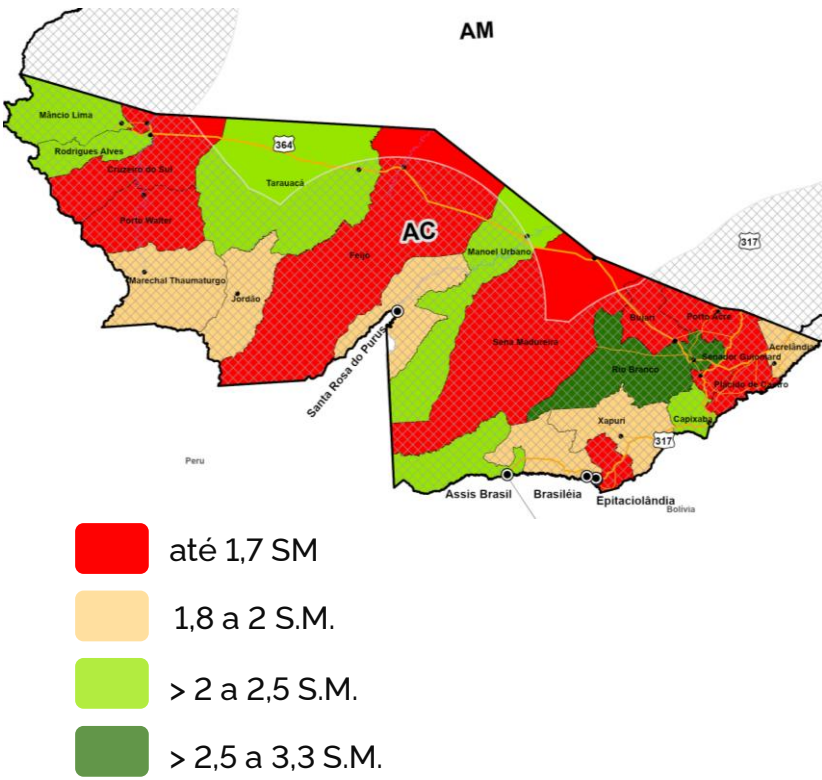
2010 (último dado disponível p/ municípios)



Santa Rosa do Purus e Jordão apresentam índices maiores de desigualdade, de 0,78 e 0,71 respectivamente.

Rendimento Domiciliar

2021



Apenas a capital Rio Branco apresenta rendimento maior, com média de 3,1 SM. Das cidade gêmeas apenas Assis Brasil fica acima de 2,0 SM.

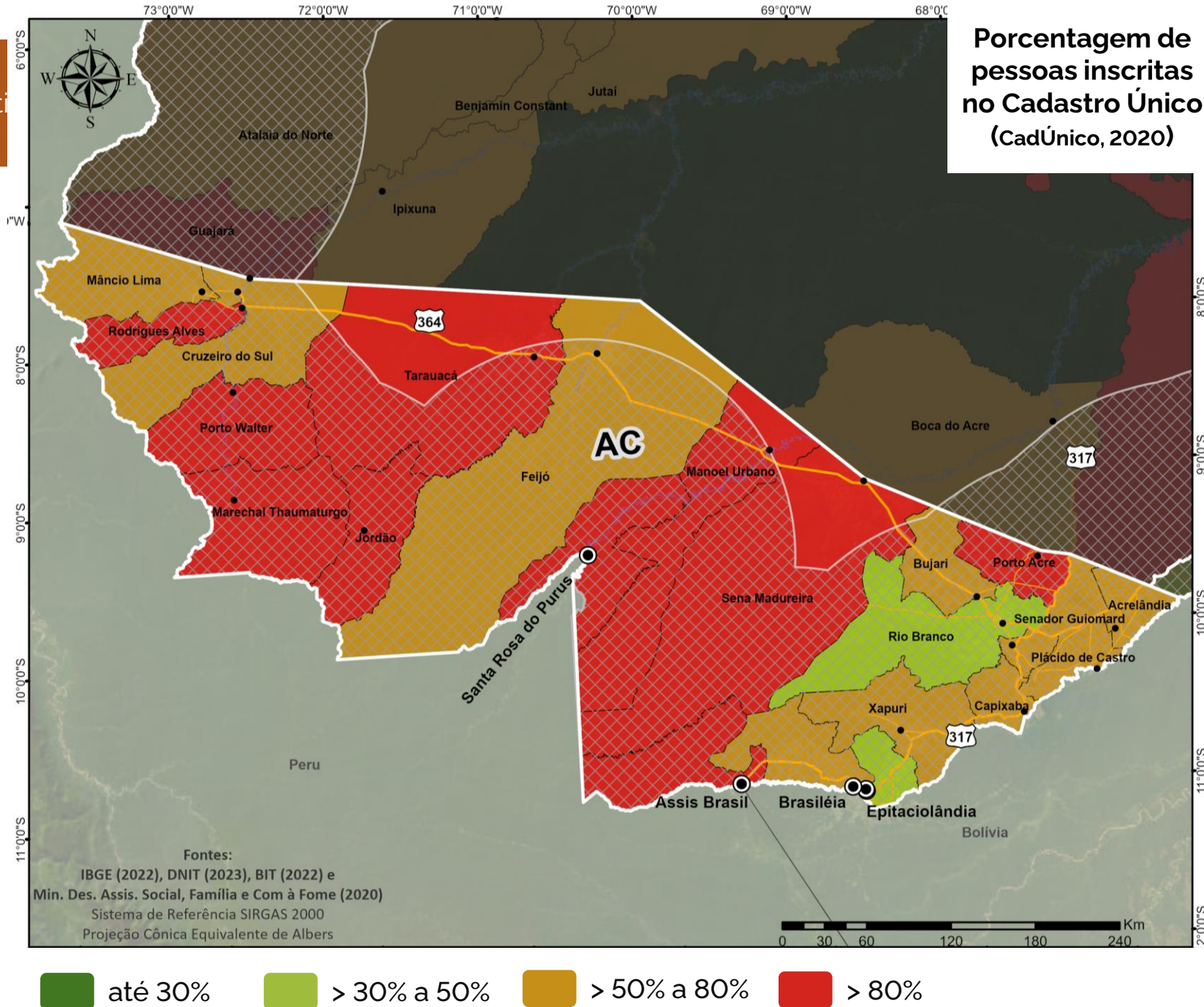


Eixo temático 3:

Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

- O Acre tem **mais da metade população inscrita no CadÚnico**, representando 58% da população.
- **Diversos municípios tem mais de 80% cadastrada.** Em Assis Brasil são 90% e em Santa Rosa do Purus mais de 80%.
- Brasileia e Epitaciolândia apresentam respectivamente 61% e 46% de população inscrita
- Em Cruzeiro do Sul, 62% da população está cadastrada em algum programa de benefício social.

Porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico, 2020)





Eixo temático 3:

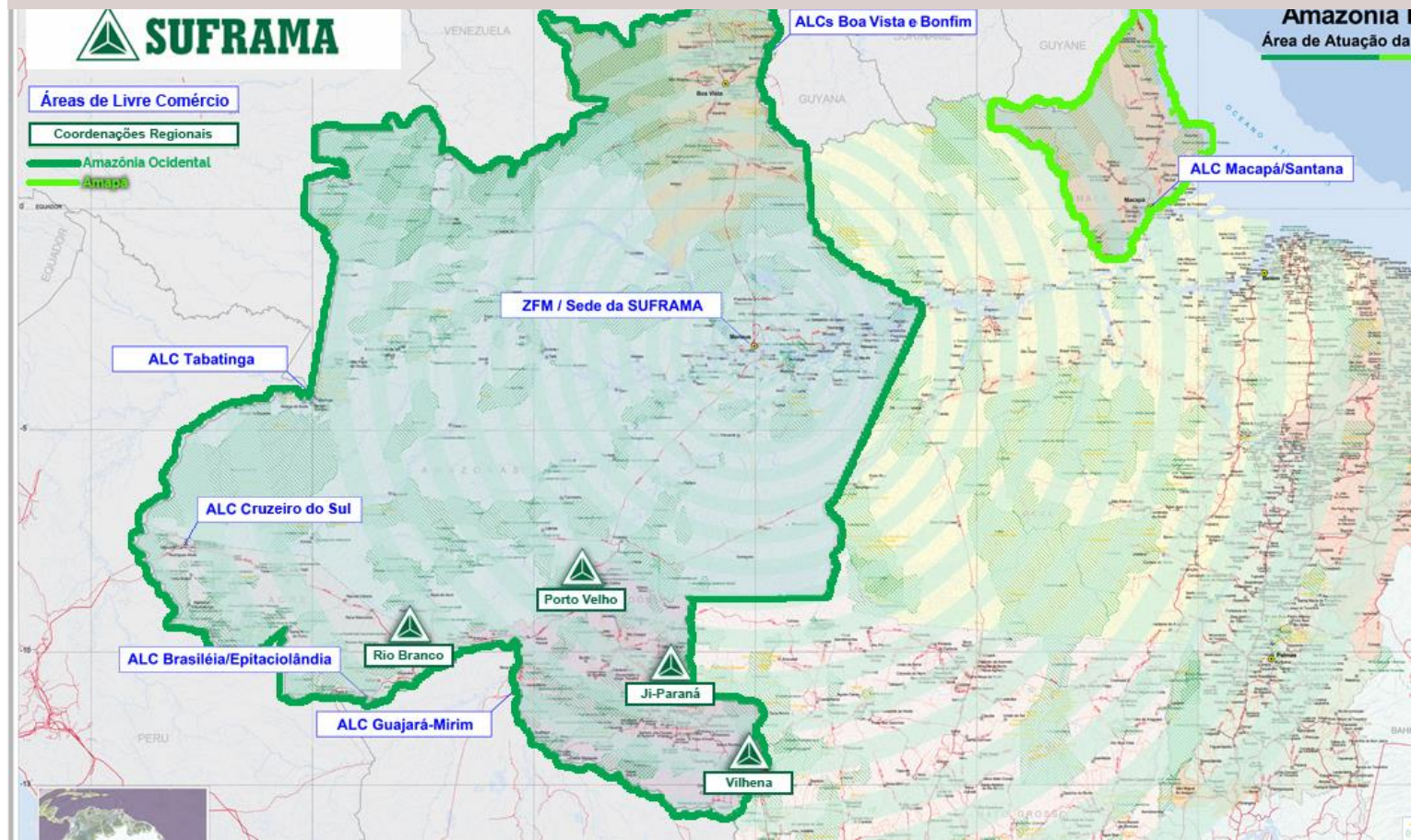
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

ALC de Brasileia e Epitaciolândia

ALC de Cruzeiro do Sul

As ALCs de Brasileia com extensão à Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, foram **criadas em 1994, como áreas de livre comércio de importação e exportação sob regime fiscal especial.**

As Áreas de Livre Comércio foram criadas para promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental e em Macapá e Santana, com o intuito de integrá-las ao restante do País, oferecendo benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus no aspecto comercial, como incentivos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)..





Eixo temático 3:

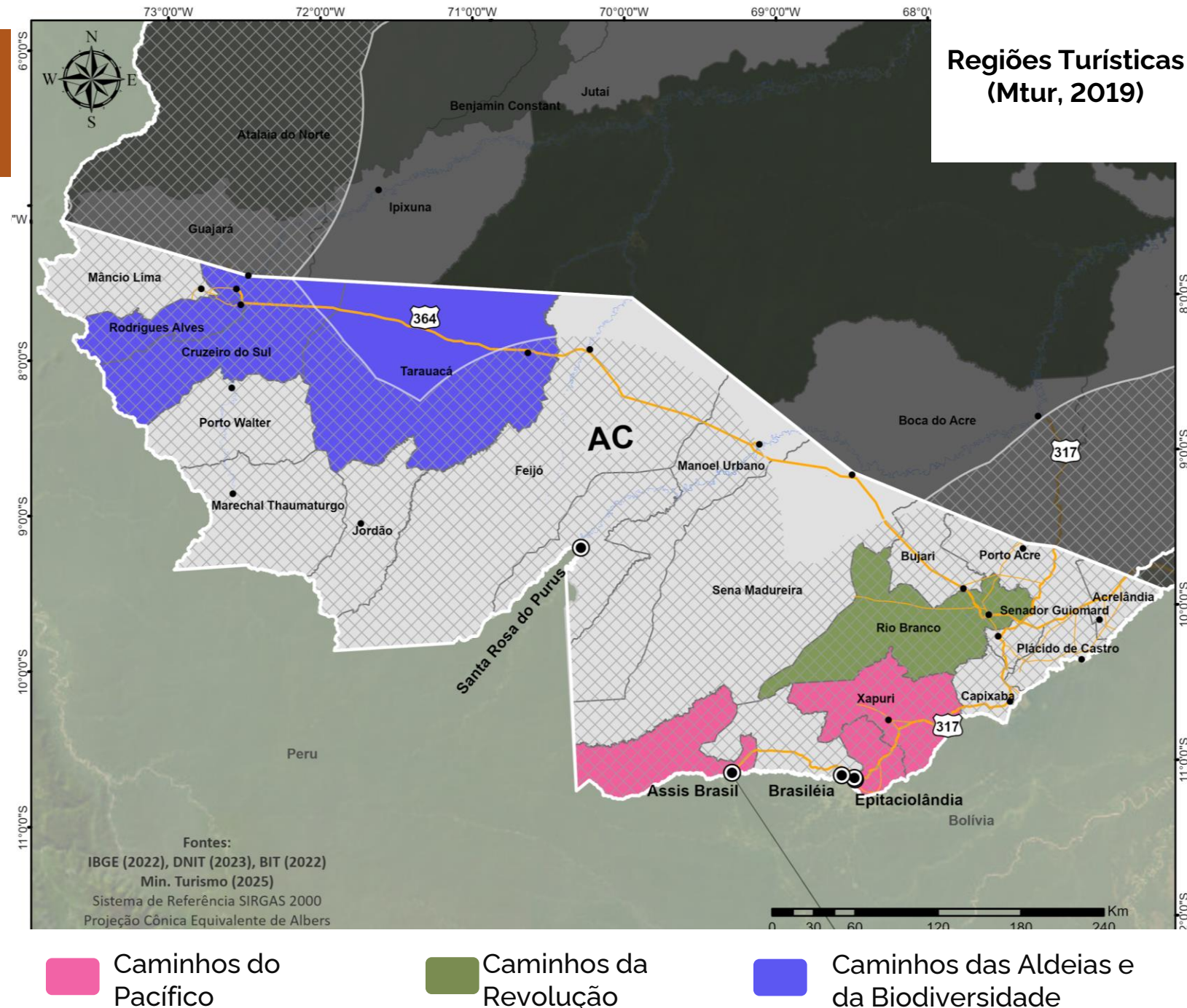
Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

7 municípios do Acre estão distribuídos em três regiões turísticas.

Rio Branco é o único classificado na Categoria A, enquanto os demais municípios pertencem às Categorias B, C e D.

Rio Branco concentra o maior número de estabelecimentos turísticos e registra maiores fluxo de visitantes e arrecadação de impostos provenientes do setor.

Regiões Turísticas (Mtur, 2019)



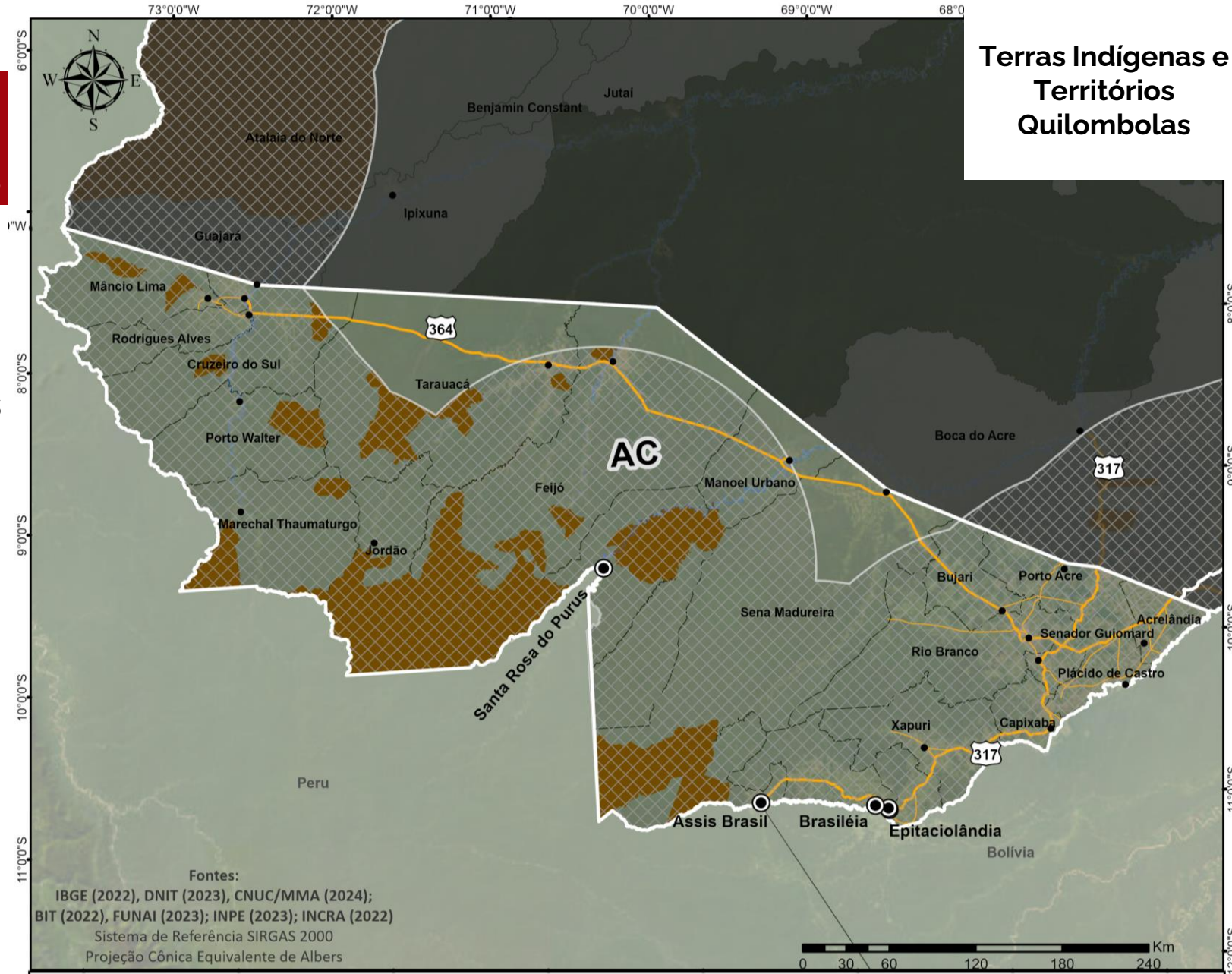
Eixo temático 4:

Povos indígenas e
Comunidades tradicionais

Noção de fronteira não é necessariamente uma referência, uma vez que **há trânsito entre terras de um lado e de outro dos países**

Na região do Alto Juruá, há iniciativas comunitárias de articulação e troca de experiências sobre gestão territorial e ambiental entre comunidades indígenas na região de fronteira Acre-Peru que incluem intercâmbios que possibilitam a produção de informações sobre a situação das terras indígenas e comunidades nativas.

Terras Indígenas e Territórios Quilombolas



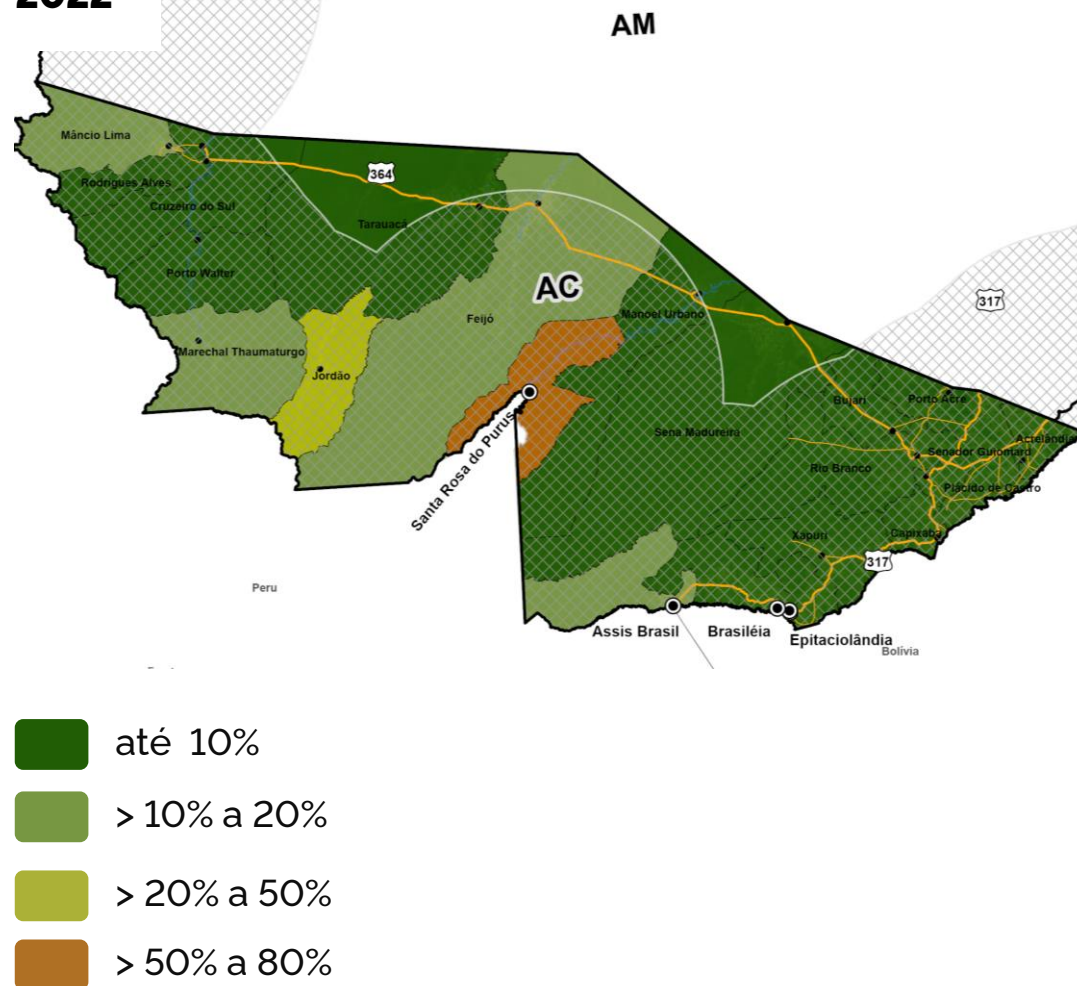
A maior TI em área é a Mamoadata, localizada em Sena Madureira e Assis Brasil, com 313.647 ha.

 Terra Indígena

Eixo temático 4:

Povos indígenas e
Comunidades tradicionais

População Indígena 2022



Destaque para Santa Rosa do Purus, município com maior população indígena (64% / 4.297 indígenas)

Jordão apresenta 44,6% da população declarada indígena, dos quais 79,6% está em terras indígenas.

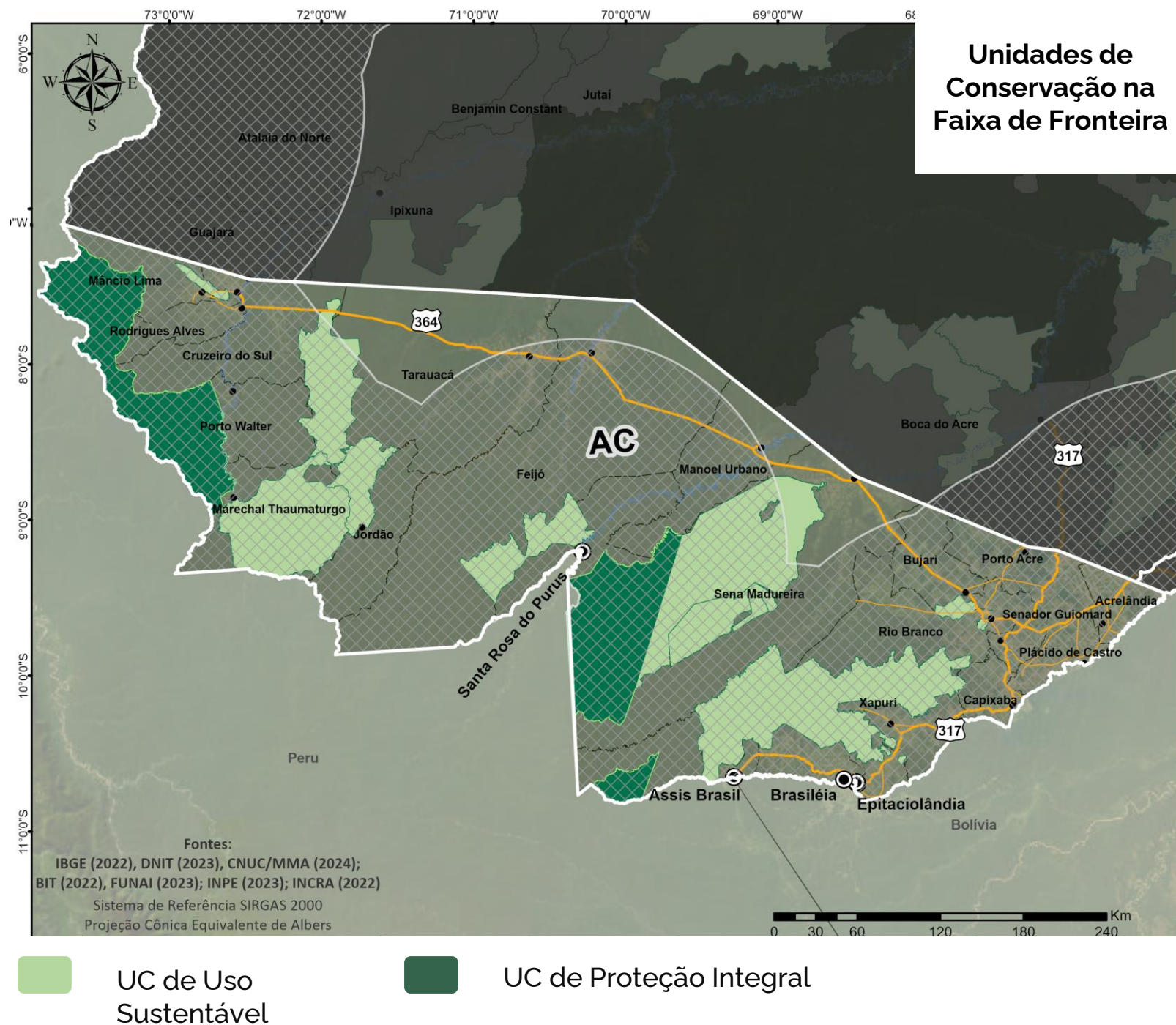
Avanço de frentes madeireiras, frequentemente vinculado a corporações multinacionais e também a presença de facções criminosas e do narcotráfico tem intensificado os conflitos fundiários e ambientais na região.

Eixo temático 4:

Povos indígenas e
Comunidades tradicionais

UCs, que ocupam cerca de 32% da faixa de fronteira no Acre, **refletem a importância de modelos como as Reservas Extrativistas (Resex), criadas para garantir o uso sustentável dos recursos naturais por populações tradicionais.**

Unidades de
Conservação na
Faixa de Fronteira





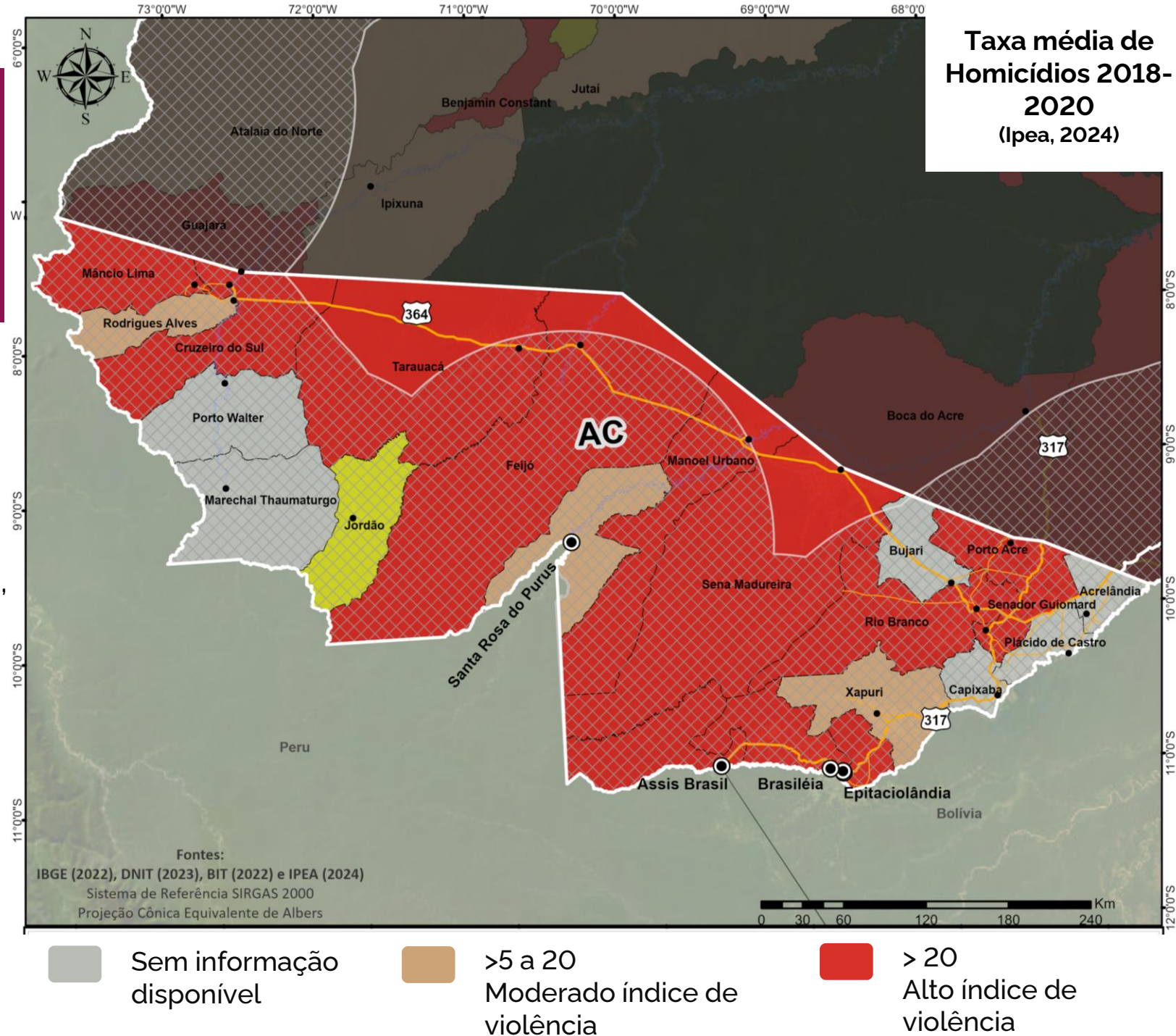
Eixo temático 5:

Integração regional,
migrações e segurança

Rota de escoamento do tráfico internacional

Municípios com altos índices de violência incluem Brasiléia, Feijó, Sena Madureira, Rio Branco, Tarauacá e Xapuri.

Taxa média de
Homicídios 2018-
2020
(Ipea, 2024)





Eixo temático 5:

Integração regional, migrações e segurança

- **Em Brasília, a taxa de homicídios está relacionada às disputas territoriais entre facções na faixa de fronteira.**
- **Feijó e Sena Madureira são pontos estratégicos para o narcotráfico, enquanto Rio Branco é palco de guerras entre facções e de crimes ordenados de dentro de presídios, tanto locais quanto bolivianos.**
- **Em Tarauacá e Xapuri, a proximidade com a fronteira agrava a violência associada ao tráfico de drogas e disputas territoriais (Cerqueira; Bueno, 2024 a, p. 36-37).**
- **A região do Vale do Juruá, que inclui municípios como Feijó e Tarauacá, destaca-se como uma rota de escoamento do tráfico internacional. Essa dinâmica intensifica as disputas entre organizações criminosas, contribuindo para o aumento da violência letal.**



Eixo temático 5:

Integração regional, migrações e segurança

- **Estado se consolidou como um ponto de entrada para migrantes. Observa-se atualmente não só de migrantes peruanos ou bolivianos, mas especialmente de venezuelanos.**
- **Assis Brasil, Brasileia e Epitaciolândia tem sido rotas de entrada**
- **Existência do Comitê Estadual de Apoio aos Migrantes, Apátridas e Refugiados do Acre**





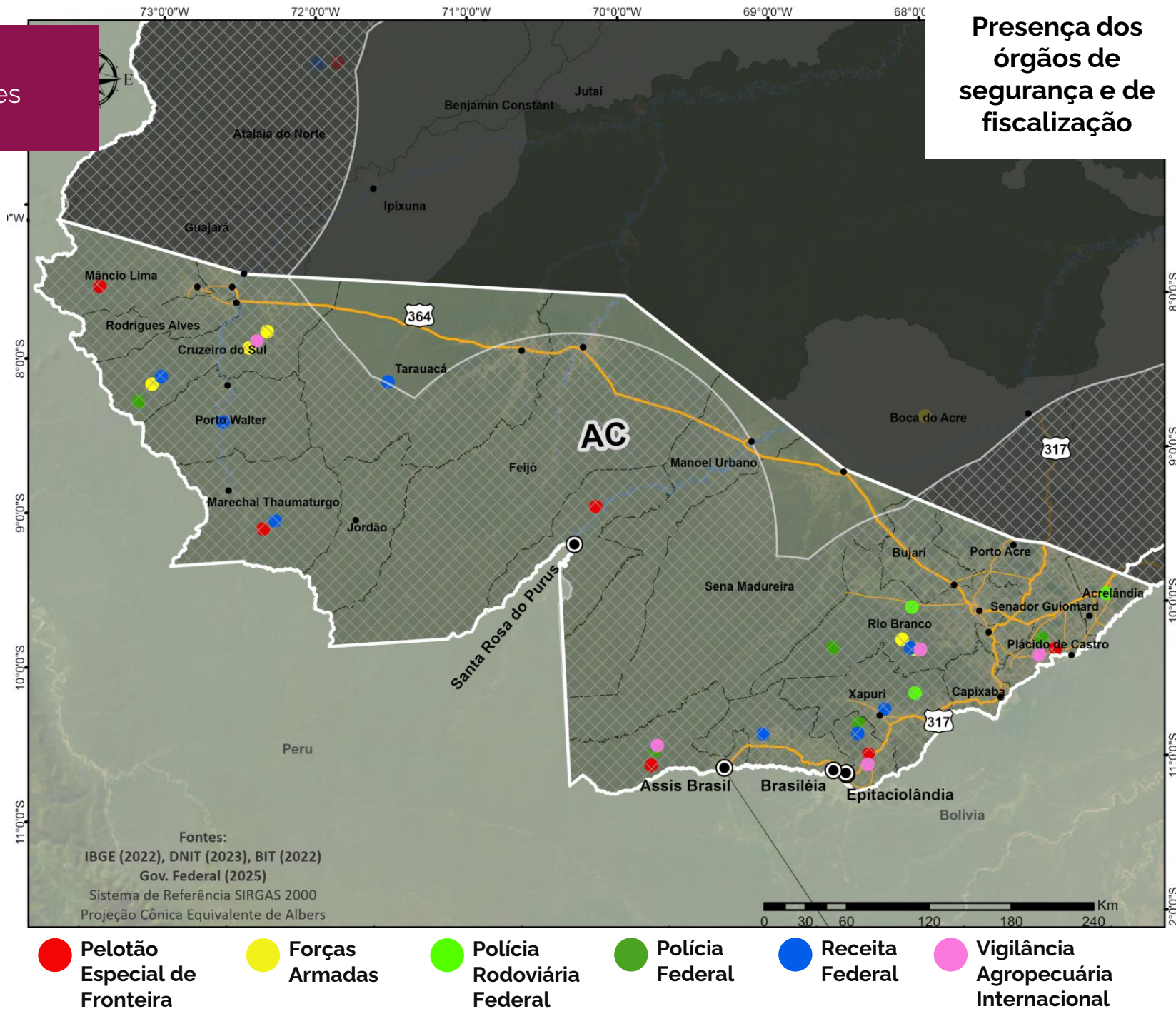
Eixo temático 5:

Integração regional, migrações e segurança

Presença dos órgãos de segurança e de fiscalização

Presença de **6 unidades do Pelotão Especial de Fronteira**, responsável pelo patrulhamento terrestre em pontos estratégicos em regiões de difícil acesso;

Há postos alfandegários e de Vigilância Agropecuária. No entanto, há **limitação de pessoal e horários reduzidos de funcionamento nos postos de fiscalização**, o que compromete o controle aduaneiro e dificulta o fluxo comercial na fronteira, gerando prejuízos econômicos para o estado e os municípios.



PRINCIPAIS DESAFIOS

- **Segurança como questão multidimensional:** crimes ambientais como desmatamento, exploração ilegal de madeira e grilagem de terras articulados a redes do narcotráfico e outros ilícitos transfronteiriços comprometem a segurança e a preservação socioambiental. Há atuação do narcotráfico em áreas indígenas, com cooptação de jovens por organizações criminosas e inserção em dinâmicas de violência.
- **Aumento do desmatamento (30%), na contramão dos demais estados amazônicos** que apresentaram queda em 2024 e aumento dos incêndios florestais, em especial região do Vale do Alto Juruá (Feijó, Manoel Urbano e Cruzeiro do Sul)
- **Intensificação dos eventos climáticos:** Nos últimos anos, o Acre tem enfrentado episódios críticos de alagações e seca.
- **Deficiências na infraestrutura aduaneira e na fiscalização,** como a limitação de pessoal e os horários reduzidos de funcionamento nos postos de fiscalização comprometem o controle aduaneiro e dificultam o fluxo comercial na fronteira, gerando prejuízos econômicos para o estado e os municípios.
- **Projetos de integração logística transfronteiriça com o Peru e potenciais impactos socioambientais na região de fronteira**
- **Estruturação de cadeias produtivas sustentáveis:** dificuldades no beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos, além de necessidade de ampliação de assistência técnica e extensão rural, o que limita a geração de valor.
- **Aumento do fluxo populacional (Brasiléia e Epitaciolândia):** especialmente em função da Universidade de Cobija (Bolívia), tem impactado no aumento de aluguel e da demanda por serviços públicos.
- **Precariedade das infraestruturas para desenvolvimento do turismo:** em especial para atender turismo de negócios, ecoturismo e etnoturismo.

PRINCIPAIS POTENCIALIDADES

- **Floresta em pé como infraestrutura para o desenvolvimento:** Presença expressiva de Tis e Ucs (48%) + florestas públicas constituem base estratégica para um ordenamento territorial com enfoque socioambiental.
- **Sociobioeconomia:** conhecimentos tradicionais são base para orientar políticas públicas em segmentos da bioeconomia. Destaque para as cadeias produtivas da Castanha do Brasil, da Borracha, da Manteiga de murumuru e de polpa de frutas.
- **Acúmulo de políticas ambientais:** que promovem avanços e inovações para o gerenciamento ambiental, governança rural e desenvolvimento de economias florestais, como a criação do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (Sisa) e o Programa REED+ Jurisdicional.
- **Histórico da Aliança dos Povos da Floresta:** trajetória de articulação de povos indígenas, seringueiros e outras comunidades tradicionais oferece base concreta para modelos de governança territorial participativos e sustentáveis, inclusive com acúmulo de discussões sobre articulação transfronteiriça.
- **Presença de Universidades e de Institutos Federais,** com campi descentralizados e projetos de extensão universitária, ampliam as capacidades locais para pesquisa, inovação e desenvolvimento sustentável.
- **Atuação de cooperativas em especial a Cooperacre,** referência em organização social e cooperação e principal produtora de castanha-do-brasil no país, com beneficiamento de outros produtos locais.
- **Atuação de grupos de trabalho e cooperação transfronteiriça,** o que fortalece cadeias produtivas sustentáveis e gera alianças entre comunidades indígenas e extrativistas, como as articulações entre Pucallpa e Cruzeiro do Sul e a parceria entre os Ashaninka do Brasil (AYOMPA) e do Peru para o beneficiamento de produtos nativos como cacau e amendoim.
- **Operações de proteção como a iniciativa de Patrulha Rural,** que promove Segurança rural e patrulhamento na RESEX Chico Mendes, são importantes para fiscalização das áreas protegidas.



Plenária

Discussão e complementação dos
Desafios e Potencialidades

Solicitar inscrição
Falas de 3 a 5 min



Almoço

**Voltaremos em 1h30 min
para a discussão de propostas por
eixos temáticos**

Dinâmica: elaboração das ações prioritárias

- Divisão dos grupos nos eixos temáticos



Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática



Infraestrutura para o Desenvolvimento



Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social



Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais



Integração Regional, Migrações e Segurança

- Discussão de ações: Para cada ação, preencher em cada tarjeta:

OBJETO

TERRITÓRIO

PARTES INTERESSADAS

Acordo de Convivência dos grupos

Para garantirmos um ambiente colaborativo, respeitoso e produtivo, combinamos que:

- **Escuta ativa**
Vamos dar espaço para as falas, sem interrupções.
- **Todas as vozes importam**
Incentivamos a participação de todas as pessoas, respeitando a diversidade de opiniões.
- **Atenção ao tempo**
Vamos respeitar o tempo das falas, ao cronograma e aos intervalos da oficina.
- **Construção coletiva**
Cada um de nós é parte do processo! Compartilhem ideias, ouça os demais participantes e busque construir junto.
- **Uso consciente de celulares**
Evitem distrações durante as atividades.



Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Caso queira enviar novas
propostas de ação, acesse
o QR Code ao lado

Este formulário também
será disponibilizado no site
do projeto.
Acesse:



fronteirasamazonia.ibam.org.br

Jessica Ojana

Assessora Técnica DUMA/IBAM

✉ jessica.ojana@ibam.org.br

Clarice Autoun

Consultora Técnica DUMA/IBAM

✉ clariceantoun@gmail.com

Maria Emilia Coelho

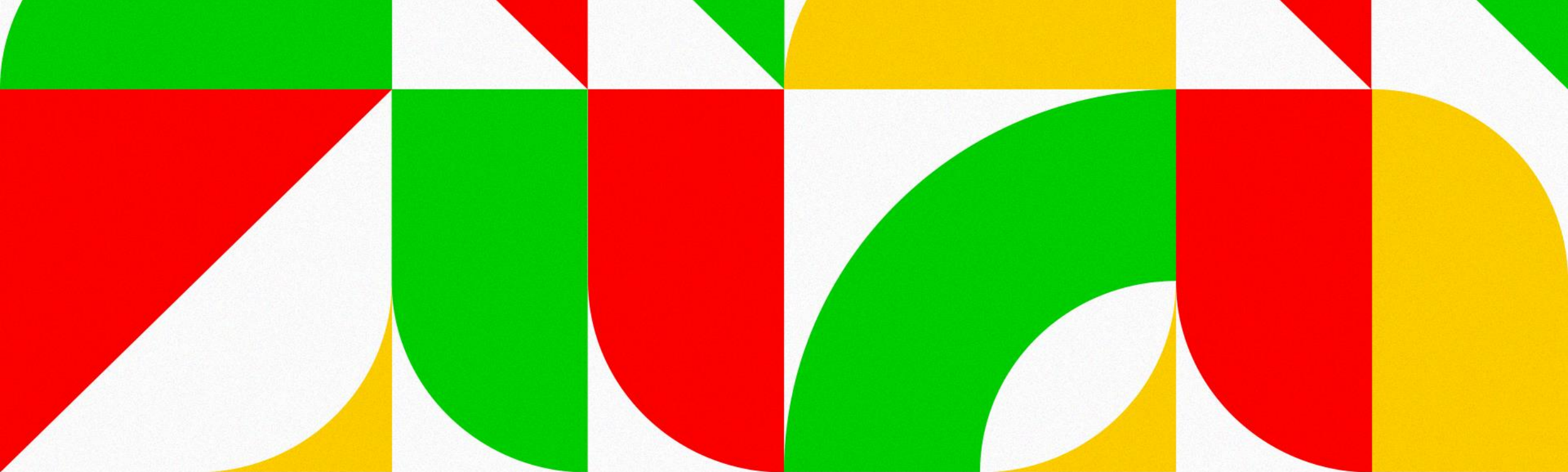
Consultora local/IBAM

✉ mariaemiliacoelho@gmail.com



🌐 ibam.org.br

📍 Rua Buenos Aires, 19 – Centro,
Rio de Janeiro | RJ



**MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**



Execução:

ibom

Realização:



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO